

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

LORENA LEITE ARAGÃO

**NAS TERRAS DE PARENTE “SANGUE BOM”: HERDEIROS, NÃO
HERDEIROS E ESTADO NO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÕES
SOCIOAMBIENTAIS DO LITORAL CEARENSE.**

FORTALEZA

2014

LORENA LEITE ARAGÃO

**NAS TERRAS DE PARENTE “SANGUE BOM”: HERDEIROS, NÃO
HERDEIROS E ESTADO NO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÕES
SOCIOAMBIENTAIS DO LITORAL CEARENSE.**

Monografia apresentada ao
Departamento de Ciências Sociais da
Universidade Federal do Ceará, como
requisito parcial para obtenção do Título
de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Professora Dr^a Lea
Carvalho Rodrigues

FORTALEZA

2014

LORENA LEITE ARAGÃO

**NAS TERRAS DE PARENTE “SANGUE BOM”: HERDEIROS, NÃO
HERDEIROS E ESTADO NO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÕES
SOCIOAMBIENTAIS DO LITORAL CEARENSE.**

Monografia apresentada ao
Departamento de Ciências Sociais da
Universidade Federal do Ceará, como
requisito parcial para obtenção do Título
de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Professora Dr^a Lea
Carvalho Rodrigues

Aprovada em: __/__/__

BANCA EXAMINADORA

Lea Carvalho Rodrigues (Orientadora/UFC)

Simone Simões Ferreira Soares (Membro/UFC)

Leonardo Damasceno de Sá (Membro/UFC)

AGRADECIMENTOS

À Deus, por estar sempre ao meu lado, em todos os momentos;

À minha família: minha mãe Francimar, ao meu pai José (em memória), à minha irmã Roberta, ao meu cunhado Armando, por acreditarem e incentivarem essa tão difícil carreira, que é a acadêmica;

À minha eterna professora [e amiga] Simone Simões que me apresentou a Antropologia da forma mais densa e performática possível e fez com que eu me apaixonasse por essa disciplina tão envolvente;

À minha eterna orientadora [e amiga] Lea Carvalho Rodrigues, agradeço por ter me ensinado a pensar e a fazer Antropologia (e estou ainda aprendendo!);

Às minhas amigas e companheiras de graduação Gabriela e Janainna, agradeço pelos momentos de apoio e pela sempre repetida frase: “calma, vai dar certo!”;

Aos meus amigos Edson Bessa, Jorge Luan, Raul Thé, Joana Borges e Márlia Paiva, por darem asas à minha imaginação antropológica e por transformarem essa trajetória um tanto mais divertida;

Ao CNPq pelo apoio concedido através de uma bolsa de iniciação científica;

Ao corpo docente e técnico administrativo do Departamento de Ciências Sociais, à Vânia, da Xerox;

Por fim, e de uma forma toda especial, às famílias do Venâncio: Dona Marli, Dona Adelaide, Seu Quelé (em memória), Seu Otacílio, Dona Otacília, Dona Branca, Dona Chaga, Adelaide Neta, Mauro, Galego, Verônica, Paulinho, Carlos José, Edmilson, Seu Zé da Aurina, Dona Aurina, Seu José Veras, seu Timbira e esposa, e a todos aqueles que não consegui citar aqui, muito obrigada por terem me recepcionado e permitido que eu conhecesse a história e entrasse na vida das vossas famílias, proporcionando a escrita do atual trabalho sobre as famílias Belchior, Carvalho e Veras.

RESUMO

Esta monografia tem por objetivo apresentar os resultados dos levantamentos etnográficos e análises sobre as transformações que vêm ocorrendo no povoado de Venâncio, zona rural de Barroquinha, no extremo Oeste do Ceará, em razão da crescente modificação socioespacial dessa área devido a efetivação de projetos de desenvolvimento locais, tais como a instalação de usinas eólicas e a solidificação de um importante roteiro turístico, o “*Rota das Emoções: Jeri – Delta – Lençóis*”. A inserção do vilarejo na rota desses grandes projetos põe em evidência formas tradicionais de usos e manejos da terra, que seguem asseguradas por leis estabelecidas dentro de um código moral tramado pelo próprio núcleo social, baseado em leis de ancestralidade e na noção de pertencimento por meio da distinção entre aqueles considerados *herdeiros e os não herdeiros*. Mediante as proposições da ecologia política desenvolvida por Little (2006), o estudo das relações de poder entre os diferentes atores, sociais e biofísicos, terá destaque em razão da amplitude analítica proporcionada por esse método e por sua coerência ao tratar dos conflitos socioambientais decorrentes da implantação desses grandes projetos.

PALAVRAS CHAVE: Populações rurais; parentesco; projetos de desenvolvimento; turismo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: Localização espacial de Barroquinha –Venâncio – Bitupitá.....	31
FIGURA 2: Croqui casas do Venâncio.....	40
FIGURA 3: Genealogia da origem do povoado.....	45
FIGURA 4: Genealogia Casamentos entre pares de primos.....	46
FIGURA 5: Igreja da família.....	49
FIGURA 6: Interior da Igreja da família.....	49
FIGURA 7: Cemitério sem muros.....	50
FIGURA 8: Genealogia do Ego.....	51
FIGURA 9: Genealogia da Cisão da família.....	58
FIGURA 10: Projeto Rota das Emoções e seus novos desafios.....	65
FIGURA 11: APA do Delta do Parnaíba (limite Ceará e Piauí).....	66
FIGURA 12: Panorama das Eólicas no Ceará.....	71

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Viagens à campo.....77

TABELA 2: Saneamento e destino do lixo de Barroquinha.....77

TABELA 3: Perfil infraestrutural do vilarejo de Venâncio.....77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Proteção Permanente
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CAF	Corporação Andina de Fomento
CCIR	Certificado de Cadastro do Imóvel Rural
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Preservação e Biodiversidade
GET	Grupo de estudos sobre as Transformações Capitalistas
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente dos Recursos Naturais
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MTUR	Ministério do Turismo
MAPP	Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas
NUMAPP	Núcleo Multidisciplinar do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas
PAC	Programa de Aceleração ao Crescimento
PDP	Plano Diretor Participativo
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PNT	Plano Nacional de Turismo
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROINFA	Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SIAB	Sistema de Informação da Atenção Básica

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1: Mapa Municipal de Barroquinha.....	79
ANEXO 2: Manuscrito da propriedade do Sítio Capuaçu.....	80
ANEXO 3: Certidões de Transcrição da propriedade do Venâncio e do Sítio Capiacu.....	81
ANEXO 4: Documento INCRA.....	84

SUMÁRIO

Apresentação

1. Contextualizando o lócus pesquisado: o município de Barroquinha, a praia de Bitupitá e o vilarejo de Venâncio.....	27
1.1 A origem do município de Barroquinha.....	29
1.2 “Cara Preta” e “Fundo Mole”: a configuração política local.....	30
1.3 Bitupitá ou “lá nas Almas”: os encantos da última praia do litoral oeste cearense.....	31
1.3.1 A praia de Bitupitá e a pesca de curral.....	34
2. As famílias do vilarejo do Venâncio.....	36
2.1 Nos tempos do finado Vitorino: a epopeica origem do vilarejo.....	44
2.2 Formação e distinção entre <i>herdeiros</i> e <i>não herdeiros</i>.....	55
3. A inserção do turismo e a instalação de usinas eólicas em Barroquinha.....	61
3.1 Considerações iniciais sobre o PRODETUR.....	61
3.2 “Rota das Emoções” no Ceará: Sobre Barroquinha, Bitupitá e Venâncio.....	64
3.3 A expansão das usinas eólicas sobre as dunas do Venâncio.....	70
À guisa de conclusão.....	75
Apêndice A – Relação de Entrevistados.....	78
Anexos.....	79
Referências Bibliográficas.....	85

APRESENTAÇÃO

A presente monografia tem por objetivo elucidar as transformações que vêm ocorrendo no litoral do extremo oeste cearense, partindo da observação dos efeitos da implantação de políticas públicas voltadas para o turismo e para instalação de usinas eólicas nesta região. Especificamente, este trabalho discorre sobre a organização social do vilarejo campesino de Venâncio, localizado nas imediações da praia de Bitupitá, município de Barroquinha, a 440 km de Fortaleza, Ceará, e busca desvelar, a partir de um estudo etnográfico, principalmente, as redes de relações sociais estabelecidas nesse vilarejo, levando em consideração sua constituição pelo parentesco, as relações de poder intra e interlocal, e como a vida cotidiana dos moradores dessa localidade se entrelaça às mudanças que estão ocorrendo em razão do forte incentivo ao turismo, uma vez que o lugarejo se encontra no trajeto do roteiro turístico *Rota das Emoções: Jeri – Delta – Lençóis*, produto do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) e do Ministério do Turismo (Mtur) e é atravessado por projetos que visam instalação de usinas eólicas na região.

Este trabalho monográfico é fruto das pesquisas realizadas no escopo de um projeto-base intitulado “Antropologia e Políticas Públicas: incentivo ao turismo no extremo-oeste da costa cearense e impactos sobre populações locais”, creditado pela Prof^a. Dr^a. Lea Carvalho Rodrigues, que tem como interesses, principalmente, o de realizar estudos etnográficos em localidades situadas ao longo do referido roteiro turístico. Até o momento foram realizadas pesquisas em Nova Tatajuba, Maceió e Bitupitá, no intuito de acompanhar e apreender os processos de mudanças vivenciados pelas populações de pescadores e agricultores que vivem nessas áreas, em razão da expansão do turismo na região.

Ao discorrer sobre esse objeto de pesquisa, que lança um olhar sobre as populações locais e o incremento do turismo no litoral oeste cearense, procurei também dar continuidade aos trabalhos realizados no escopo do Grupo de Estudos sobre Estado Processos de Trabalho e Transformações Capitalistas (GET), do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC e do Núcleo Multidisciplinar de Avaliação de

Políticas Públicas – NUMAPP, articulado às atividades do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas da UFC – MAPP, do qual faço parte desde 2010.

Neste grupo, fui apresentada a uma das linhas de estudo da Antropologia que trata de grandes empreendimentos, dos processos de mudança e dos novos aportes teóricos e metodológicos, que poderiam compor diferentes maneiras de análise frente às transformações de ordem local, nacional, global e transnacional. Nele, foram desenvolvidos trabalhos em conjunto com o grupo de pesquisa interdisciplinar, composto por estudantes de graduação e pós-graduação da UFC, que, na ocasião, tiveram seus estudos voltados para a análise de políticas públicas de fomento à cultura e ao turismo em comunidades pesqueiras e campesinas do Ceará.

Como fruto das pesquisas realizadas no grupo, foram concluídos quatro estudos monográficos¹, uma tese de doutorado², além de publicações de livros, relatórios e artigos científicos em revistas da área que versam sobre avaliação de políticas públicas e possuem como temas: editais culturais (CRUZ, 2013), turismo e conflitos em territórios de populações tradicionais pesqueiras e agricultoras no litoral oeste (LIMA, 2009; ALENCAR, 2010; ARAÚJO, 2013;) e na região serrana cearense (ALMEIDA, 2014).

Mediante minha participação neste grupo interdisciplinar, entrei oficialmente na equipe como pesquisadora de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq, no curso de Ciências Sociais, com o projeto-base do ano de 2010. Por meio de sua reatualização em 2012, o projeto obteve continuidade com o título “Rota das Emoções: estudo etnográfico da dimensão institucional na implantação de um importante roteiro turístico da região NE.”, no qual desenvolvo, atualmente, a presente etnografia.

O fio condutor deste projeto de pesquisa centrou-se na realização de estudos etnográficos nos municípios e localidades que fazem parte do roteiro turístico *Rota das Emoções: Jeri – Delta – Lençóis*, sob a perspectiva das políticas públicas que viabilizaram sua implementação e dos efeitos sobre as populações que se encontram

¹ALMEIDA, G. L. Das festividades aos festivais: Uma etnografia sobre populações rurais e a inserção do turismo em Guarimiranga. UFC, 2014. Orientadora: Lea Carvalho Rodrigues; ARAÚJO, A.G.P. Modos de saber, fazer e viver. Uma etnografia dos “guardiões de currais” da praia de Bitupitá (Barroquinha- Ce), UFC, 2013. Orientadora: Lea Carvalho Rodrigues; LIMA, T. R. Turismo em Tatajuba: um perfil etnográfico das relações intrafamiliares e interfamiliares dos moradores de Tatajuba, Camocim – CE. UFC, 2009. Orientadora: Lea Carvalho Rodrigues; SANTOS, P.A. Mito-Narrativas sobre paisagens móveis. Tempos e lugares de uma descrição etnográfica da vila de Tatajuba (Camocim – CE) UFC, 2010. Orientadora: Lea Carvalho Rodrigues.

²CRUZ, D. M. Fortaleza em Tempo de Carnaval: blocos, maracatus e a política de editais, 2013. UFC. Orientador: Lea Carvalho Rodrigues.

alocadas nos municípios atravessados pelo roteiro turístico. Observar processualmente tais mudanças tornou-se crucial para a avaliação dessas políticas públicas, como também apreender como e para quem elas são pensadas, tendo em vista as maneiras como elas dialogam com os diferentes atores sociais (setor público nos âmbitos federais, estaduais e municipais, setor privado, agências de financiamento nacional/internacional e população local) envolvidos nesses projetos.

DESCOBERTA DO CAMPO DE PESQUISA

O primeiro contato que tive com o vilarejo de Venâncio foi em 2011, por intermédio de uma visita exploratória às localidades que compunham os arredores da praia de Bitupitá. Já de início, o lugarejo de Venâncio mostrou uma configuração socioespacial diferente daquelas abordadas pelos outros pesquisadores do mesmo grupo de estudo. Todos eles abordaram localidades em que a relação mar/terra figurava como núcleo da vida social dos moradores. Foram levantados temas que incluíam mitonarrativas de origem da Nova Tatajuba, localidade que no passado fora encoberta por dunas, como também as disputas litigiosas e a segregação entre associações locais e familiares ainda nessa localidade. Em Bitupitá, foi dada a relevância à simbologia dos saberes tradicionais que envolvem a pesca de curral, modalidade esta que vem entrando em desuso em todo o litoral cearense.

No meu caso, segui em direção contrária ao mar e optei por desenvolver minha pesquisa em um vilarejo rural, alocado ao longo da principal estrada do município e que chama a atenção de todos aqueles que por ali passam por sua singular composição espacial, uma vez que as suas pequenas casas de alvenaria e taipa surgem na paisagem ao lado da igrejinha local e em meio às dezenas de lápides, cruzeiros e túmulos do cemitério aberto que existe à beira da estrada, todos arrançados de uma maneira que não se sabe onde termina o cemitério e onde começam os quintais e roçados das famílias, em meio a um visual de grandes carnaubais, coqueirais e dunas.

Localizado a 440 km de Fortaleza, a 20 km da sede do município de Barroquinha e a 2 km de Bitupitá, o vilarejo do Venâncio³ é um lugarejo composto

³ Para uma melhor definição daquilo que entendo por Venâncio, caracterizarei a localidade de duas formas. Uma que se refere ao *vilarejo do Venâncio*, que é a junção do território que compreende 50 casas mais o terreno do sítio Capiacú e parte do distrito de Leitão, e a outra como *Venâncio*, uma extensão de terra que compreende todo o perímetro de terras adquiridas pelo fundador Vitorino e que atualmente serve como delimitação oficial para os órgãos públicos.

aproximadamente por 50 casas distribuídas ao longo da estrada que liga os demais distritos à sede municipal. Sua composição territorial também compreende duas outras localidades vizinhas: o sítio Capiacú, este conhecido localmente como a morada dos antigos líderes do povoado, e parte do distrito de Leitão.

Em meio às conversas iniciais com os moradores, o que se mostrou como fato recorrente em suas falas foi a existência de laços parentais entre todos os habitantes deste vilarejo. Lá, contaram-me acerca dos sucessivos casamentos entre famílias que vivem dentro do vilarejo e que a ocorrência de tais casamentos devia-se ao fato de ser um hábito praticado desde os tempos dos mais antigos. Alguns dos entrevistados, naquele momento, justificavam a ocorrência desses casamentos como uma forma de “evitar problemas” por não trazerem pessoas de fora do seu convívio, e que assim conservariam o “sangue bom” dentro da família. Ao ter conhecimento desse fato, passei a me indagar o porquê da importância de se manter o “sangue bom” dentro do vilarejo e, ao mesmo tempo, qual o significado de “sangue bom” para os habitantes do vilarejo.

Associado a isso, a terra surgiu como elemento de destaque para a constituição social do vilarejo, inferindo nisso a sua importância, porque é dela que se obtém o alimento e o lugar onde as sociabilidades são exercidas, onde os que ali habitam se casam, constroem casas, criam as famílias, velam e enterram os parentes mortos. Enfim, a terra se mostra como referencial para a própria identidade do grupo⁴. A ligação com a terra – que garante tanto a proveniência do alimento quanto a moradia da família – é mantida e assegurada pelos constantes casamentos entre membros da mesma família, o que faz com que Venâncio pertença a “um dono só”, nas palavras dos moradores, que pertençam a um mesmo tronco familiar.

Neste lugarejo, os vínculos sociais são mediados pelas relações de parentesco, que se desdobram tanto em relações de filiação quanto de aliança, como também se estabelecem em relações intimamente atreladas à questão da propriedade da terra e às maneiras de identificação entre aqueles que são considerados como *herdeiros*

⁴ Parto do conceito de identidade formulado por Roberto Cardoso de Oliveira (1976, p.5) de *identidade contrastiva*, que, segundo o autor, “implica a afirmação do *nós* diante dos *outros*”, diz respeito a uma oposição, um meio de diferenciação pelos quais cada grupo se afirma como tal e distinto do outro ao qual se opõe ou se diferencia. Para a situação aqui estudada esta noção ganha ainda mais relevância se articulada ao que Evans-Pritchard mostrou sobre os Nuer (EVANS-PRITCHARD, 1978), na relação entre identidade e território. Assim, procurei estabelecer a noção de identidade do grupo em estudo, quando vinculada ao território onde habitam, ao sentimento de pertencimento tribal. Afirma Evans-Pritchard (1978, p.132), que este “baseia-se na oposição às outras tribos, como no nome comum, no território comum, na ação conjunta na guerra e na estrutura comum de linhagem de um clã dominante”.

e *não herdeiros*, dentro de um território denominado “terras de herança” (ALMEIDA, 2009).

Por *herdeiros*, entendo aqueles detentores de uma autonomia e uma posição privilegiada dentro do vilarejo. São os que possuem os documentos de propriedade da terra, os líderes locais e que, visivelmente, possuem condições financeiras mais favoráveis, assim como percebido na fala de um morador: “*os herdeiros* sempre se preocupam com os assuntos do Venâncio”. Os *não herdeiros*, por sua vez, são a outra parcela do vilarejo, que não possui autoridade local, encontram-se numa situação de dependência e mantém relações conflituosas com os *herdeiros*. Ao lado dessa conformação conflituosa dentro do vilarejo, estabelecem-se, ainda, distinções envolvendo as duas facções políticas de grande influência na região, “Cara Preta” e “Fundo Mole”, acentuando ainda mais as distinções entre os moradores.

Essa configuração, encontrada com certa facilidade em núcleos camponeses no Nordeste (WOORTMANN, 1990; WOORTMANN, 1991, 1995; PALMEIRA E HEREDIA, 1995; GODOI 1999; MARQUES, 2002), sugere que as relações parentais estão profundamente inseridas no modo de relacionamento dos habitantes com a terra, atuando como artifício de inclusão ou exclusão, pois é por meio dela que se garante o alimento, o trabalho, é nela onde se criam os filhos e se formam as famílias. Como bem salienta Beatriz Heredia (1979), a terra é a morada da vida.

Com o exposto, proponho que os laços parentais estabelecidos desde o momento de origem do vilarejo, reafirmados atualmente através de casamentos endogâmicos preferenciais (WOORTMANN, 1995), entre pares de primos, constitui um dos meios que expressam valores de propriedade e uso da terra, demonstrando o envolvimento da população com suas formas específicas de reprodução social, de posse fundiária, e que envolve o ambiente que os circunda.

O fator histórico da origem do vilarejo surge como outro elemento de distinção e remete ao estabelecimento do patriarca Vitorino Ferreira da Costa Veras, ainda no século XIX, no qual representa uma memória selecionada pelos moradores e atua como um importante fator de identidade. Este fator surge como elemento organizador do universo simbólico e da ação dos moradores do vilarejo à maneira abordada por Godoi (1999), pois, o grupo, ao trabalhar sua memória, define-se espacial e historicamente e, com isso, recria uma história de acordo com o universo simbólico dos sujeitos e as condições sociais nas quais estão imersos. A memória social do grupo

reproduz, então, à maneira dos antepassados, o modo de conviver, de relacionar e de trabalhar no vilarejo (1999, p. 29).

A exemplo dos estudos desenvolvidos por Rodrigues e Alencar (2012), a inclusão de localidades eminentemente agrárias e pesqueiras no circuito de grandes projetos de desenvolvimento pode trazer uma série de reconfigurações ao vilarejo, em que se destacam a presença de conflitos fundiários, segregação interna e intensificação das disputas entre lideranças locais antagônicas, causando a desagregação e trazendo novos níveis de envolvimento entre essa nova dinâmica e os grupos locais, o que se mostra, em grande parte, desfavorável às populações locais.

A proposta de desenvolvimento turístico local e a sustentabilidade ambiental são pontos que vêm sendo divulgados pelo Estado brasileiro em eventos, discursos e planejamentos oficiais, como uma das grandes bandeiras em consonância ao desenvolvimento econômico do país⁵. No caso específico do município de Barroquinha, e das localidades de Bitupitá e Venâncio, abordados com maior profundidade no decorrer desta monografia, pode perceber que não somente com respeito ao turismo, mas também no setor de geração energética⁶, por meio da instalação de usinas eólicas, o Estado vem mostrando grande interesse nesta região, para a qual vem sendo proposto um modelo de expansão que acarreta impactos no ambiente e nas localidades onde incidem tais mudanças.

É contemplando a tensão entre o normativo e o executado, em meio a esse contexto de expansão turística no litoral do extremo Oeste do Ceará, concomitante às políticas nacionais de desenvolvimento direcionadas, primordialmente, ao beneficiamento infraestrutural e energético por meio de usinas eólicas, que o acompanhamento aprofundado na área em questão torna-se imprescindível para traçar estudos comparativos futuros, com a finalidade de apreender os efeitos que esses projetos podem gerar nas populações ali residentes.

No tocante às contradições acima expostas, que recaem sobre populações de pequena escala, procurei fazer o acompanhamento dos processos de mudanças acima citados e o decorrente diálogo com a população em tela. Tendo como foco os modos de vida local, parto do pressuposto que os habitantes da localidade do Venâncio,

⁵ http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/prodetur.html, consultado em 24/10/2014.

⁶ No Ceará, atualmente, existem instalados 17 parques eólicos em operação, distribuídos nos municípios de Acaraú, Aquiraz, Aracati, Beberibe, Chaval/ Barroquinha, Fortaleza, Icapuí, Itarema, Paraipaba, São Gonçalo do Amarante e Paracuru. Até o ano de 2016, pretende-se investir em mais 33 parques eólicos em todo o estado (SAMPAIO; SILVA, 2013).

agricultores detentores de uma lógica distinta daquelas encontradas nos grandes centros urbanos, possuem maneiras próprias de se relacionarem com a natureza — formas essas que passam por uma configuração territorial e fundiária específica —, enquadrando-se no rol das populações tradicionais assim como expresso no Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro, de 2007, Art. 3º, inciso I, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), na qual povos e comunidades tradicionais são definidos como:

Grupos culturalmente diferenciados, que se reconhecem como tais, possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, apropriando-se conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

No mesmo decreto, consta a definição de territórios tradicionais, Art. 3º, inciso II, entendidos como:

Os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e das comunidades tradicionais, utilizados de forma permanente ou temporária, tendo observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações.

Deste modo, é basilar alcançar de que forma as interferências propostas pela regionalização do turismo e pelos projetos de implantação de eólicas interagem com a localidade do Venâncio, tendo em vista o retrocitado Decreto que prevê, em linhas gerais: a) a garantia aos povos e comunidades tradicionais de seus territórios, além do acesso aos recursos naturais que, tradicionalmente, eles utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica; b) a garantia dos direitos dos povos e das comunidades tradicionais afetados direta ou indiretamente por projetos, obras e empreendimentos; c) assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e coletivos concernentes aos povos e comunidades tradicionais, sobretudo nas situações de conflito ou ameaça à sua integridade.

Saliento, ainda, que, ao me debruçar sobre uma acepção tão plural, como a de populações tradicionais, tenho menos o intuito de enquadrá-los numa definição específica do que buscar conferir uma dinamicidade, considerando os processos históricos, como referidos por Little (2002, p.23) de que “o conceito de tradicional tem

mais afinidades com o uso recente dado por Sahlins (1997), quando mostra que as tradições culturais se mantêm e se atualizam mediante uma dinâmica de constante transformação”.

Faz parte do meu objetivo nessa pesquisa, dessa forma, compreender as redes de relações sociais que compõem o vilarejo e que provêm forma e significado às ações dos moradores. Serão destacados os laços de aliança e de afinidade estabelecidos entre os habitantes do Venâncio, uma vez que estas relações de parentesco atuam como chave explicativa dos valores locais de elementos tais como: terra, herança, trabalho e identidade social.

Para a observação da identidade social, proponho uma análise em dois níveis: i) *identidade contrastiva*, como proposto por Roberto Cardoso de Oliveira (1976), quando construída a partir da relação de contato com o outro. No caso, *herdeiros e não herdeiros* definem-se quando postos em confronto, mas numa situação em que seus valores sejam compreendidos dentro de um contexto específico. Como bem esclarece o autor: “O certo é que um membro de um grupo indígena não tem sua pertinência tribal a não ser quando posto em confronto com membros de outra etnia. Em isolamento, o grupo tribal não tem necessidade de qualquer designação específica” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976, p.36) ii) *identidade relacional*, no sentido inferido por Evans-Pritchard, em Os Nuer (1978), na qual, a identidade do grupo é inteligível quando considerada nos diferentes níveis de relações entre os grupos políticos.

Proponho, assim, situar três eixos centrais da conformação social do vilarejo e que foram elencados como norteadores da pesquisa: o primeiro, diz respeito à importância simbólica provida a terra, simbologia esta percebida a partir dos diferentes usos e vivências exercidas pelos moradores; o segundo, gesta sobre a noção de identidade tramada pelos habitantes do vilarejo e que atua desde o estabelecimento do patriarca em tempos remotos até a conformação atual das famílias em dois grupos: *herdeiros e não herdeiros*, caracterizando-os numa *identidade contrastiva*, nos termos de Cardoso de Oliveira (1976); o terceiro, leva em conta a organização política do vilarejo e sua conexão com a permanência do poder e liderança sob o domínio de um grupo restrito.

Partindo dessas explicações, surgem as seguintes questões: i) A quem se deve a permanência e manutenção do *poder simbólico* (BOURDIEU, 1989) nas mãos de um determinado grupo social? Quais elementos contribuem para essa manutenção do poder? ii) Como se deu a distinção entre *herdeiros e não herdeiros*? Qual momento, por

que ocorreu essa cisão na família e quais elementos sociais, políticos e econômicos contribuem para constituição desse panorama de diferença na localidade? iii) Qual modelo de desenvolvimento está sendo pensado para o município de Barroquinha e para as demais localidades, tais como Bitupitá e Venâncio?

No capítulo inicial, apresento minhas proposições teórico-metodológicas a partir das quais pude desenvolver uma observação mais acurada sobre a localidade e a região do litoral do extremo oeste cearense. No capítulo 1, contextualizarei o município de Barroquinha e suas localidades Bitupitá e Venâncio, trazendo suas histórias e suas conformações sociopolítica e espacial. No capítulo 2, irei aprofundar a minha análise sobre as tramas genealógicas do vilarejo do Venâncio, em busca de compreender a dinâmica dos casamentos endogâmicos preferenciais, bem como prover significado à categoria analítica *herdeiros e não herdeiros*.

No capítulo 3, apresento as políticas públicas de turismo e de inserção das eólicas no litoral cearense, evidenciando seus objetivos e propondo acompanhar os efeitos da implantação desses projetos no lócus pesquisado. Na conclusão insiro minha particular percepção sobre o desdobramento entre Venâncio, turismo e usinas eólicas.

ENTRE O NATURAL E O SOCIAL: A ECOLOGIA POLÍTICA COMO PROPOSIÇÃO METODOLÓGICA.

O aprendizado sobre esta localidade se evidencia como na atividade descrita por Goldman (2003), ao metaforizar seus passos no Candomblé, como um exercício de “*catar folha*”, em que os ensinamentos, longe de partirem dos conhecimentos finalizados por alguma autoridade local, deveriam ser reunidos (“catados”), pacientemente, aqui e ali (as “folhas”), esperando que esses detalhes recolhidos, em algum momento, se revelassem numa síntese possível (GOLDMAN, 2003, p. 455).

Para a observação dos processos de mudança que envolvem, não somente o vilarejo, mas toda a região, como partes interligadas, pratico uma *observação flutuante*⁷

⁷Márcio Goldman (1995) define *observação flutuante* como uma modalidade distinta daquela proposta por Malinowski, no qual fazia uso de uma observação direta e contínua. Ao contrário deste modelo, a *observação flutuante* utiliza meios semelhantes à ‘escuta flutuante’, do psicanalista, estando o observador num momento constante de pesquisa.

ou uma *etnografia em movimento*⁸ (GOLDMAN, 2003), fazendo valer o acompanhamento cumulativo dos diferentes atores sociais, partindo do ponto de vista dos moradores e receptores dessas mudanças, como também provendo visibilidade à esfera governamental, empresarial e aos órgãos de preservação ambiental que atuam na localidade.

Esse movimento será acompanhado, ademais, sob um prisma relacional, contextual, e que considere os elementos históricos e ambientais, buscando aproximação da proposta metodológica desenvolvida por Little (2006), no âmbito da ecologia política. Mediante a efetivação dos grandes projetos previstos e sua interação com a região em destaque, levar em consideração o ambiente como um ator, assim como se considera o agente social, é perceber os diferentes níveis de um processo e estabelecer uma *etnografia multiator*⁹.

Do cuidado prestado ao exercício de unir tais elementos, proponho aqui uma abordagem metodológica empregada usualmente quando se trata de conflitos socioambientais entre distintos grupos sociais: a ecologia política (LITTLE, 2006). Por meio desta, a etnografia dos conflitos socioambientais oferece visibilidade aos conflitos, oportunamente realizada pelos antropólogos por lidarem, em boa parte, diretamente com grupos marginalizados (a exemplo de grupos de pescadores e agricultores artesanais, remanescentes quilombolas e grupos indígenas).

Seguindo os passos metodológicos introduzidos por Little, propus lidar com os fatores sociais e biofísicos, o que, numa primeira instância, oferece um desafio a nós, pesquisadores, por ter que incluir um diálogo profundo, dinâmico e interdependente com as dimensões que compõem os fatores socioambientais. Não obstante, ao fazer uso da noção de *simetria epistemológica*, na qual as causalidades surgem das interações sociais e biofísicas, estabeleço aquilo que Little denomina de *etnografia multiator* (LITTLE, 2006, p. 92), destacando que o foco da análise se volta às múltiplas relações pessoais e socioambientais.

⁸ Etnografia em movimento é caracterizada por Goldman (2003) como um acompanhamento cumulativo e de longo prazo no grupo em estudo, mas de forma não contínua.

⁹ Na etnografia multiator, esclarece Little (2006) que, “além de incorporar os grupos sociais marginalizados, ela deve apresentar os atores sociais “fantasmagóricos” que não estão presentes fisicamente no sítio do conflito, mas que exercem uma influência nele à distância (Giddens, 1990). [...] Outro elemento fundamental nesse tipo de etnografia é a identificação dos interesses e reivindicações em torno dos recursos naturais e do território, seguido por um levantamento das interações entre cada um dos atores sociais dentro da arena política. O etnógrafo deve identificar também os distintos discursos em choque e suas respectivas bases de legitimidade cultural e política, sejam elas explícitas ou implícitas.” (2006, p.93)

Na situação em estudo além de considerar os atores sociais como lideranças locais, moradores comuns do vilarejo, personalidades políticas da região e técnicos de órgãos ambientais, agrego também valor aos agentes naturais existentes na localidade como a movimentação das dunas, que vêm invadindo a área habitada atualmente e que já provocaram no passado a mudança do lócus habitacional do vilarejo, levando-os a construir novas casas em outros territórios e a reconstituir toda uma nova vizinhança. Esse mesmo movimento das dunas fechou a única escola do vilarejo, obrigando a redistribuir os alunos em outras escolas do município, como também aterrou uma conhecida lagoa, a lagoa dos bois, lugar de sociabilidade entre irmãos e primos. Considero também como agente natural o movimento da maré, que influi na produção de sal e, conseqüentemente, na quantidade de pessoas que serão empregadas na estação. Como esclarece o autor:

Para tanto, o pesquisador em ecologia política deve mapear as principais forças biofísicas, tais como a conformação geológica de uma região, a evolução biológica da fauna e flora e os fluxos hídricos, junto com as principais atividades humanas, tais como os sistemas agrícolas, os efluentes industriais lançados ao ambiente e a infraestrutura de transporte e comunicação instalada na região. Além de estar atento aos dois lados dessa causalidade, o pesquisador também procura identificar as realidades socioambientais que surgem das interações entre os mundos biofísico e social que só uma abordagem ecológica é preparada para enxergar. (LITTLE, 2006, p. 90)

Dentre as atividades do projeto-base, foram realizadas seis viagens, totalizando 23 dias, realizados de forma intermitente, como ilustradas na tabela (Veja Tabela 1).

As duas primeiras viagens concentraram-se no distrito de Bitupitá, destino que daria continuidade à pesquisa do projeto-base e correspondeu à coleta de mais dados informativos sobre esta região, além do propósito de delimitação do objeto de pesquisa por parte do grupo de pesquisa.

Nestas, fiz uso de formulários para coleta de dados objetivos sobre sexo, idade, profissão, escolaridade, estado da residência, proprietário da residência, registro de posse, saneamento, fluxo dos moradores, renda; para, num segundo momento, realizar entrevistas e apreender dados relativos à trajetória do entrevistado e de sua família, e quais as suas visões sobre o lugar que habitam. As duas primeiras viagens objetivaram, também, visitas às instituições municipais (Prefeitura, Secretaria de Saúde, Secretaria de Meio ambiente e Turismo, Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social e Secretaria de Ação Social) em busca de informações verbais

e dados documentais que possibilitassem o conhecimento da região e o levantamento dos mesmos dados em lugarejos vizinhos. Foi em uma das visitas a essas localidades, que tive oportunidade de conhecer o vilarejo do Venâncio.

O acesso para Venâncio possui suas limitações quanto aos transportes (realizado em carros tipo “pau-de-arara”) e horários, sendo compatíveis somente nas horas de pico, pela manhã e à tarde. Ao passo que as dificuldades se apresentavam, como a limitação de mobilidade e as altas temperaturas típicas da região, além da ausência de postos comerciais que nos fornecessem alimentação e, até mesmo, descanso, pude contar com a hospitalidade característica dessas populações mais afastadas dos centros urbanos, uma vez que não me faltaram convites para almoçar galinha caipira, da terra, recém-abatida, ou para o lanche da tarde, servido de café com tapioca ou beiju.

Foi em meio a essas limitações de horário e abrigo que, enquanto eu esperava o pau-de-arara do horário da tarde, ainda na primeira visita ao vilarejo, tive o primeiro contato com o universo que futuramente seria o da minha pesquisa. Foi conversando com o líder comunitário, pessoa que se tornou um de meus principais interlocutores, que eu soube da importância das relações de parentesco naquele vilarejo. Até então, todas as outras entrevistas estavam desconexas, ainda não me permitiam reconhecer um fio condutor em que eu pudesse estabelecer ligações entre o campo teórico e o empírico.

Na ocasião de nossa conversa, o líder comunitário me revelou o estreito grau de parentesco constituído entre os moradores de Venâncio e exemplificou com seu próprio casamento (com uma prima cruzada), a dinâmica que rege a localidade. Casos como o dele poderiam ser encontrados em muitas das residências do vilarejo, desde “o tempo dos antigos” até os dias atuais.

Naquela descrição estavam explícitos os primeiros arranjos da vida social do vilarejo e com isso, procurei direcionar meu olhar para identificar o que o parentesco poderia dizer sobre o Venâncio. Partir de uma análise em que se privilegiam as relações entre parentes tornou-se uma porta de entrada para a observação de outros aspectos, tais como a simbologia conferida à terra e às redes de relações envolvendo o âmbito político.

Na viagem seguinte, a terceira, tive a oportunidade de aprofundar as minhas atividades na reconstrução das redes de parentesco do vilarejo, privilegiando o detalhamento minucioso da linhagem de ascendência e descendência. Por meio da

construção do tecido genealógico local, foi possível delinear os tipos de casamentos, suas incidências, os tipos de residência e por onde o poder se desloca dentro do vilarejo.

Partindo desse quadro, pude identificar os *herdeiros e não herdeiros* e novos questionamentos se agregaram àqueles iniciais, tais como: qual a significância que a terra possui para esses habitantes, como também, qual a importância das redes parentesco e quais alianças os casamentos entre parentes poderiam revelar.

Dentre os principais entrevistados, estão os representantes do poder local, funcionários de instituições de preservação ao meio ambiente, os *herdeiros*, representados pelos atuais líderes locais, como: A13, A14, A15, AB4, AB5, AB6, AB10 (ver FIGURA 4) e *não herdeiros* como B9, B11, B12, B13, B14 (ver FIGURA 9).

Como fonte de pesquisa, realizei consultas a sites na internet que trazem periodicamente notícias sobre o “*Rota das Emoções*”. A pesquisa foi composta por uma coleta periódica realizada semanalmente, na qual, eu me voltava a preencher sistematicamente uma tabela (planilha Excel em que consta banco de dados de sites de internet), elencando os títulos das notícias, com tema, data e veículo de divulgação; e na realização de sínteses que expõem as redes de atores sociais em torno das ações que envolvem o roteiro turístico e que, futuramente, pudesse ter uso para todos os pesquisadores.

Vale ressaltar as dificuldades enfrentadas em campo ao entrar em contato com “signos” distintos. Assim, conversar com os sujeitos sobre assuntos tão pessoais, como trajetórias de vida, festas que celebram a vida e a morte, casamentos e procurar reconstruir o tecido genealógico da família o mais fiel possível, inclusive respeitando as falhas da memória, se torna um desafio para o etnógrafo.

A investigação dos modos de vida de grupos que não sejam o do pesquisador mostra um exigente apanhado de convenções que há anos a Antropologia vem elaborando e sofisticando, de modo que se torne a leitura desses grupos cada vez mais inteligíveis e acarretadas de significados para os pesquisadores. Dessa forma, as novas teorizações sobre o outro devem ser somadas às antigas práticas antropológicas, pois, assim, pode-se sempre lançar um olhar à frente daquilo que estava proposto.

Neste contexto, as inferências de Roy Wagner, ao descrever sobre a invenção da cultura, passam a agregar novos valores e a conferir maior realidade às relações estabelecidas entre os grupos estudados. Torna-se, então, necessário investir na ampliação dos horizontes observacionais. Pois, ao passo que as expressões nativas devem fazer sentido para nós, elas devem ser construídas na medida em que os grupos

estudados as concebem, já que, como afirma o autor, “a compreensão de outra cultura envolve a relação entre duas variedades do fenômeno humano; ela visa à criação de uma relação intelectual entre elas, uma compreensão que inclua ambas” (2010, p. 29). A relação, assim sendo, é afirmada quando se fala a mesma linguagem entre o pesquisador e o público no qual ele pretende interagir.

Diz o autor que o pesquisador possui o papel de tornar clara a cultura dos outros para sua sociedade, a fim de que possa estabelecer o trabalho de relacionar essas duas esferas de conhecimento, as duas cosmologias: a dele e a do outro. Observa-se que os vínculos firmados entre as duas entidades se mobilizam e se conhecem simultaneamente, apreendendo o caráter relativizado de sua cultura mediante a formulação da outra. Dessa maneira, para ele, o antropólogo conquista o *status* de criador de uma nova cultura, juntamente com os nativos, pois nesse momento as relações de significância dos dois mundos obtêm equivalência de significado. No seguinte trecho, Wagner afirma que,

Desse modo, ele pela primeira vez compreende, na intimidade de seus próprios erros e êxitos, o que os antropólogos querem dizer quando usam a palavra “cultura”. Antes disso, poder-se-ia dizer, ele não tinha nenhuma cultura, já que a cultura em que crescemos nunca é realmente “visível” – é tomada como dada, de sorte que suas pressuposições são percebidas como autoevidentes. É apenas mediante uma “invenção” dessa ordem que o sentido abstrato de cultura (e de muitos outros conceitos) pode ser apreendido, e é apenas por meio do contraste experienciado que sua própria cultura se torna “visível”. No ato de inventar outra cultura, o antropólogo inventa a sua própria e acaba por reinventar a própria noção de cultura. (2010, p. 31)

Tendo em mente tais noções propostas, a *relatividade observacional*, como bem aponta Wagner, a qual o pesquisador deve possuir, contribui para ampliar o campo de percepção entre pesquisador e pesquisado. O choque cultural vivenciado por mim ao tentar compreender o modo de vida dos moradores de Venâncio foi a ponte que tornou possível a captação dos significados que circundavam parentesco e territorialidade. Pois, como o próprio autor afirma, “a ‘cultura’ local se manifesta ao antropólogo primeiramente por meio de sua própria inadequação; contra o pano de fundo de seu novo ambiente, foi ele que se tornou ‘visível’” (WAGNER,2010).

REFERENCIAIS TEÓRICOS

Dentre as linhas teóricas que recaem sobre campesinato, são lembradas, principalmente, aquelas que repousam na importância conferida à terra pelos camponeses. Na literatura antropológica, muito se tem discutido em torno do grupo doméstico, como unidade de produção econômica e ocupada com os fatores de produção, como nos trabalhos de Galesky, Chayanov e Tepicht, (WOORTMANN 1995) observações essas que, muitas vezes, segundo a autora, pendem para um viés economicista, deixando de fora as relações de parentesco — ou relegando-as em segundo plano como determinadas *por* ou em função *dos* fatos econômicos — e outros aspectos culturais dos grupos estudados a que uma série de trabalhos, clássicos e mais recentes, dedicaram-se: as formas de sociabilidade (COMERFORD, 1999, 2003; CERQUEIRA, 2010), as concepções e os usos nativos do direito (MOURA, 1978; GODOI, 1999), os modos locais de viver a política (PITT-RIVERS, 1971; MARQUES, 2002; LIMA, 2011), a "moralidade" camponesa (CAMPBELL, 1964; PERISTIANY & PITT-RIVERS, 1990; WOORTMAN, 1990).

Segundo Ellen Woortmann (1995), os culturalistas norte-americanos, como Redfield e Wolf, reavivaram a tônica discursiva com seus estudos da América Latina compostos com estudos étnicos e conceitualização dos *Part Society*, camponeses como segmentos de classe de uma população maior ou como intermediário entre sociedades de organização 'primitiva' e sociedade capitalista industrializada. Woortmann faz perceber que Wolf aborda o camponês como "agente econômico e cabeça da família", percebe que deve equilibrar exigências do mundo exterior em relação às necessidades internas. A terra, portanto, não é apenas fator de produção, mas carregada de valores simbólicos, estes interligados ao parentesco (WOORTMANN, 1995).

Sem deixar de conferir a devida importância ao caráter basilar do trabalho na terra, procuro conferir sentido à pesquisa partindo do proposto por Klaas e Ellen Woortmann (1997) que "[...] o processo de trabalho, além de ser um encadeamento de ações técnicas, é também um encadeamento de ações simbólicas, ou seja, um processo ritual. Além de produzir cultivos, o trabalho produz cultura. (1997, p.15)". E produz também moralidade (é indissociável dela): se o trabalho é produtor de valor econômico,

ele também é produtor de valor moral, qualifica alguém enquanto trabalhador, um signo de virtude e prestígio (TEIXEIRA, 2014, p. 106)¹⁰.

Sendo a terra percebida como elemento central do núcleo camponês, para assegurar seus direitos, os camponeses elaboram formas de pertencer e maneiras de perpetuar seu domínio sobre ela. Ao exemplo daqui proposto tanto por Woortmann (1995) quanto por Godoi (1999), no qual se tem a fundação do vilarejo físico e simbolicamente com o estabelecimento do patriarca, a primeira dessas elaborações no vilarejo do Venâncio surge no momento do estabelecimento do patriarca e aos grandes feitos de seus descendentes, a criação de uma espécie de “mito de origem” do vilarejo, nas palavras de Godoi (1999, p.29), que representa a criação do *mundo* desses moradores.

A existência desse *mundo* remete a um ponto de início da memória coletiva, que se vê representada no estabelecimento do patriarca, momento frequentemente recordado como epopeico. Logo, esses fatos tornam-se pontos referenciais da memória social e coletiva do núcleo camponês, uma vez que esta memória se constrói espacial e historicamente, recriada no seio do universo simbólico daqueles que a vivenciam.

Ao tratar de parentesco, faço uso de tais relações no sentido conferido por Augé (1978), que para além da relação consanguínea, o parentesco é uma *relação social*, pois, se baseado e indiferenciado no compartilhamento de sangue entre comuns, os grupos de parentesco não serviriam como forma de distinção e classificação dentro de uma organização social. Assim, o autor afirma: “[...] Para que o parentesco possa, portanto, ser um princípio lógico de classificação [...], é necessário que nem todos os consanguíneos sejam reconhecidos como tal [...]” (1978, p. 14-15).

Como referencial teórico de análise, darei visibilidade aos estudos que versam sobre o confronto entre populações tradicionais, o Estado e suas políticas públicas. Abordagens como as de Ribeiro (1991, 2008), Escobar (2007), Little (2009, 2012), Rodrigues (2008, 2010), Rodrigues e Santos (2012), Guedes (2011, 2014), dialogam com esta pesquisa tendo em vista a proximidade temática entre eles.

Rodrigues (2010) já enfatizava a importância da Antropologia nos estudos sobre políticas públicas, seja no plano teórico-metodológico, seja na análise crítica de sua implementação, incrementadas, como a autora alerta, “[...] com a reflexão

¹⁰ Indicações mais ambiciosas nesse sentido estão presentes no já citado artigo de Klaas Woortman (1990), em que tanto o trabalho quanto a terra aparecem como símbolos fundamentais da "ordem moral camponesa".

continuada sobre técnicas, conceitos e paradigmas de interpretação e análise que se dão no âmbito das disciplinas que compõem este campo do conhecimento.” (RODRIGUES, 2010, p. 11).

1. CONTEXTUALIZANDO O LÓCUS PESQUISADO: O MUNICÍPIO DE BARROQUINHA, A PRAIA DE BITUPITÁ E A LOCALIDADE DE VENÂNCIO.

Barroquinha é um município do Ceará, localizado a Noroeste deste estado, na microrregião do Litoral de Camocim e Acaraú. Emancipado do município de Camocim, em 1988, Barroquinha tem sua toponímia proveniente da geologia, de pequenas massas erodidas ou barrocas. Possui área absoluta de 383 km², distanciando-se 396,3 Km de Fortaleza, capital do Ceará. Barroquinha tem limites, ao Norte, com Camocim e Oceano Atlântico, ao Sul, com Chaval e Granja, ao Leste, com Camocim e a Oeste com o estado do Piauí e Sobral. Suas principais vias de acesso são pela BR-222, CE-364 e BR-402 e CE-085, esta mais conhecida como estruturante ou Estrada do Sol Poente, que liga cidades como Camocim e Jericoacoara¹¹.

O clima da localidade é tropical quente semiárido, com temperatura média anual local de 26° a 28°, concentrando período de chuvas entre Janeiro e Maio. A região é banhada pela bacia do Rio Coreau e tem como principais afluentes os rios Timonha, Ubatuba, Guabira e o rio da Chapada, território que confere ao município uma interessante diversidade paisagística.

Segundo o Perfil Básico Municipal, a população de Barroquinha em 2010 é de 14.476 habitantes, sendo destes 9.770 o número da população residente em áreas urbanas e 4.706 a população residente em área rural. O número total de moradores conglomeram a população das 57 localidades, distribuindo-se em dois distritos político-administrativos, Araras, em 1961 e Bitupitá, criado em 1892, e nas microrregiões: Chapada, Leitão, Venâncio, Capiacú, Curimã, Taquari, Pereira, Canadá, Vertente, Baixa grande, Rochedo, Praia Nova, dentre outras, como ilustra o anexo abaixo (ver Anexo 1).

¹¹ <http://www.barroquinha.ce.gov.br/>, consultado em 26/05/2014.

Em acordo com Plano Diretor Participativo (PDP), de 2009, os municípios que mais se relacionam com Barroquinha, tanto econômica, quanto social e culturalmente, são: Camocim, Chaval, Granja e Martinópolis. Com a construção da Via Estruturante do Turismo, a CE-085, as cidades de Itapipoca, Amontada, Itarema, Acaraú, Barroquinha, Jijoca de Jericoacoara, Granja e Viçosa do Ceará, na Serra da Ibiapaba, interligaram-se, formando o corredor Sertão – Serra (CEARÁ, 2009).

Ainda de acordo com PDP (CEARÁ, 2009), a ocupação territorial de Barroquinha se caracteriza mais pelo âmbito social do que pelo ambiental, uma vez que fatores como infraestrutura, recursos médicos, educacionais, serviços públicos e fluxo de atividades comerciais se concentram na sede do município, caracterizando os dois distritos de Bitupitá e Araras, como locais de baixo porte econômico, poucos equipamentos públicos, educacionais e de saúde, como também bastante precarizados quanto ao saneamento básico.

Segundo o Sistema de Informação Básica (SIAB) de 2013, das 3.912 famílias de todo o município, as famílias têm seus dejetos lançados em fossas artesanais, lançados a céu aberto tratados em sistema de esgoto, tendo seu lixo destinado a coleta pública, queimadas/enterrados e a céu aberto (ver Tabela 2).

A população se distribui, majoritariamente, nas atividades de comércio, serviços e administração pública, encontradas na sede municipal, enquanto a produção de cera de carnaúba, casas de farinha, atividades agropecuárias, salineiras, comércio, turismo e pesca marítima e pesca de mangue são encontradas em maior número no litoral, na praia de Bitupitá e em Araras¹².

A cidade de Barroquinha possui energia elétrica em 93,37% dos domicílios, torre de telefonia, esta, precária quanto mais distante do município sede, e saneamento básico, gerenciado pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, tendo como a principal fonte de abastecimento o Açude Itaúna, localizado no território do Município de Granja, ao sul de Barroquinha¹³. Em 2013, 63,95% da população conta com o abastecimento de água pela rede pública, 32,43% possuem poços profundos ou retiram de nascentes e 3,61% de outras fontes, nas localidades onde o abastecimento é

¹² Perfil Básico Municipal, 2014. Município de Barroquinha, Viabilizado pelo IPECE, Governo do Estado do Ceará e Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG). Ver site do IPECE: http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2014/Barroquinha.pdf, consultado em 02/12/2014.

¹³ Dados do Plano diretor Participativo, de 2009.

feito através de poços profundos individuais, muitas das vezes contam com auxílio de cisternas e o abastecimento de água constante por meio de carros-pipa.

Barroquinha é município integrante da APA - Área de Proteção Ambiental, denominada Delta do Parnaíba¹⁴, segundo o Decreto Federal de 28 de agosto de 1996, com a intenção não só de proteger os recursos hídricos e a mata aluvial, mas também incentivar o turismo ecológico e conscientizar a população da importância dessa área de 313.800 hectares. A APA vai das cidades de Barroquinha e Chaval, no Ceará, a Tutóia, no Maranhão.

O principal meio de transporte intramunicipal é o rodoviário, realizado através de lotações e pau-de-arara, uma vez que não há um sistema público de transporte. Entre os municípios vizinhos, o transporte é realizado por carros de frete, lotações e ônibus. O município possui ainda duas Bibliotecas Públicas, diversas Praças e Igrejas, duas Quadras Poliesportivas, quatro Campos de Futebol e uma Ilha Digital (ainda sem funcionamento) (PDP, 2009).

1.1 A ORIGEM DO MUNICÍPIO DE BARROQUINHA.

A história do município de Barroquinha está vinculada às incursões marítimas, ainda no século XVII, segundo consta no site da Prefeitura do município¹⁵. Os primeiros registros se devem à ocasião em que uma tripulação de pescadores de uma região desconhecida ao navegar em alto mar, em razão de uma forte ventania, perderam a direção. Por não verem solução, estes pescadores fizeram uma promessa a Nossa Senhora dos Navegantes, padroeira dos marítimos, pedindo que os guiassem até terra firme, onde pudessem encontrar gente para indicar-lhes o caminho de casa. Se alcançassem essa graça, ergueriam uma capela em homenagem à padroeira.

Então, logo avistaram o ponto da Barra dos Remédios e, por conseguinte, terra firme, um pequeno vilarejo de humildes casebres cobertos com palhas de carnaúba, lugar onde encontraram alimentos e ajuda para retornarem aos seus lares.

¹⁴ O Delta é integrado por um conjunto de ecossistemas embutidos em tabuleiros pré-litorâneos da Formação Barreiras. Trata-se de um conjunto de desembocadura múltipla, ramificada em um arquipélago com cerca de setenta ilhas de variadas dimensões. Trata-se da única feição deltaica das Américas, localizadas em mar aberto (IBAMA, 1998).

¹⁵ <http://www.barroquinha.ce.gov.br/>, consultado em 16/10/2014.

Ao passar do tempo, os pescadores que outrora foram acolhidos pelos habitantes do humilde vilarejo retornaram com uma imagem de Nossa Senhora dos Navegantes e, como forma de agradecimento, ergueram uma capela em seu nome, que se tornou um dos principais festejos da localidade.

A mesma fonte indicava que o vilarejo com casebres de palha de carnaúba seria elevado a Paço Imperial, devido à passagem da comitiva de Dom Pedro II, que foi enviada para socorrer os flagelados da seca. Com o passar do tempo, o pequeno vilarejo passou a distrito do município de Camocim e ganhou nome de Barroquinha, em virtude do relevo em forma de barrocas.

Em 11 de maio de 1988, por intermédio da Lei Estadual nº 11432, Barroquinha foi emancipada e nas eleições do mesmo ano foi eleita a primeira prefeita do município, a professora Veraldina Veras da Silva.

1.2 “CARA PRETA” E “FUNDO MOLE”: A CONFIGURAÇÃO POLÍTICA LOCAL.

Advindas de Camocim, as facções políticas “Cara Preta” e “Fundo Mole” são originárias dos conflitos existentes entre duas importantes famílias da região: a família Aguiar e a família Coelho. Relatam os habitantes dessa região que os grupos foram apelidados em razão das características de seus líderes, devendo as pintas pretas no rosto de Murilo Aguiar o apelido de “Cara Preta” e às calças de fundo mole de Alfredo Coelho ao nome “Fundo Mole”.

Têm-se notícia¹⁶ que a alternância do poder entre as famílias se dá a partir de meados de 1950, quando a facção “Cara Preta”, da família Aguiar, governou o município por 24 anos. Em 1976, os “Cara Preta” foram derrotados nas urnas pela facção “Fundo Mole”, da família Coelho, esta estabelecendo um período de governo até 1982, quando o poder político local retornou para o grupo “Cara Preta”.

Atualmente, a facção política gestora no plano municipal é representada pelo grupo “Cara Preta”, que representa a família Aguiar (nível regional) e a família Telles (nível local), que presentemente atua com a legenda do Partido dos Trabalhadores (PT). O grupo “Fundo Mole”, todavia, é reconhecido como da família

¹⁶ As informações que dizem respeito às referidas facções políticas foram localizadas no seguinte blog: <http://carlosaugustohistoria.blogspot.com.br/search?q=cara+preta+e+fundo+mole>, consultado em 03/12/2014.

Coelho (nível regional) e família Veras (nível local), possuindo como legenda o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

O poder político local de Barroquinha, Bitupitá e Venâncio se mostra, entrelaçado com a história das primeiras famílias a ocuparam a localidade e com a história de crescimento de Camocim. A atuação da famílias Teles, em Barroquinha, tendo atualmente como maior representante Francisquinha Teles, e da família Veras, representado pelo ex prefeito de Barroquinha Ademar Ferreira Veras, se mostram como importante caminho para compreensão da política do município e dos distritos. Não obstante do perfil político-eleitoreiro que encontramos em boa parte dos municípios cearenses, Barroquinha se enquadra num perfil típico.

1.3 BITUPITÁ OU “LÁ NAS ALMAS”: OS ENCANTOS DA ÚLTIMA PRAIA DO LITORAL CEARENSE.

Bitupitá é habitado por cerca de 4.000 mil habitantes¹⁷. O acesso ao distrito é feito, majoritariamente, através de carros tipo pau-de-arara, meio de transporte bastante comum entre os moradores que necessitam se locomover entre os povoados e a sede do município. Também fazem uso de motocicletas, carros domésticos e bicicletas.



¹⁷ Segundo dados do SIAB - SISTEMA DE INFORMACAO DE ATENCAO BASICA, pertencente à Secretaria Municipal de Saúde, que por sua vez, está inserido no Programa de Saúde da Família (PSF). Tomam-se como referência os dados do PSF em virtude deste ser o instrumento que pode indicar com maior fidedignidade o número de habitantes, tendo em vista que este engloba tanto homens e mulheres, das diferentes faixas etárias.

Figura 1: Localização espacial Barroquinha – Venâncio – Bitupitá. Fonte: Google Earth, consultado em 01/12/2014.

Durante as visitas realizadas entre julho de 2010 e abril de 2011, percebeu-se que o acesso vem sendo facilitado em virtude da melhoria da estrada ou “rodagem”, estrada de areal em piçarra ou terra ‘batida’ – que em épocas chuvosas se desintegra, formando grandes valas que dificultam a mobilidade e em épocas de seca, a terra fica muito arenosa e se formam “costelas de vaca”, pequenas saliências do tipo lombadas, que também dificultam o acesso.

As principais vias de acesso às demais ruas de Bitupitá são a Rua do Comércio e a Rua do Meio, vias não asfaltadas, compostas de pavimento pedregoso, paralelas à faixa da orla marítima, que se estendem do início ao fim dos limites urbanos da localidade. A distribuição espacial de Bitupitá se dá, principalmente, entre as Ruas do Meio, do Comércio, Rua da Praia e nos bairros do Cantinho, 7 bocas, Vila Messejana e Cabeça. O distrito possui rede de esgoto desde 2004, mas somente 36% das moradias aderiram ao serviço, há 50 ligações de esgoto e 890 ligações ativas de água encanada. Os bairros da Vila Messejana, 7 bocas e Cantinho se apresentam como os mais precários quanto à rede de saneamento básico e à rede elétrica. Os esgotos são a céu aberto e não há água encanada, sendo a água retirada de poços profundos sem controle de higiene.

As casas são, geralmente, de taipa ou de tijolo sem ‘reboco’ e o chão, na maioria das vezes, é de terra batida. Os moradores não contam com banheiro interno, mas com fossas feitas no próprio território da residência.

Foram localizados em torno de quarenta comércios ou vendas, que se distribuem ao longo da rua principal de Bitupitá (Rua do Comércio) e das ruas paralelas a esta. Nestes comércios, são vendidos gêneros alimentícios básicos, como arroz, feijão, milho e farinha, produtos de limpeza e higiene pessoal, cigarros, bebidas alcoólicas e não alcoólicas. Existem três lanchonetes, duas distribuídas nas áreas centrais de Bitupitá (Rua do Meio e Rua do Comércio), que vendem sanduíches, pizzas, bolos e sopas, e uma localizada no bairro do Cantinho. Existem, ainda, duas padarias, ambas localizadas centralmente, quatro lojas de confecções, duas *lan-houses*, uma equipada com vídeo game e outra com máquinas de Xerox e impressora; uma fábrica de gelo, quatro pousadas e uma farmácia. Na orla marítima, concentram-se cinco barracas que oferecem

refeições típicas da praia, tendo como prato principal o peixe frito ou cozido, além de servirem aperitivos e bebidas em geral.

Quanto aos órgãos públicos, Bitupitá possui um posto de saúde, uma creche, uma pré-escola, uma escola de ensino fundamental e médio, uma biblioteca pública, agência dos correios e uma casa lotérica. Os meios de comunicação se resumem a uma rádio, propriedade de Francisquinha Teles.

Na Rua do Comércio se encontra a maior igreja de Bitupitá, a Igreja de Nossa Senhora de Fátima, onde são celebrados ritos semanais e, quando há presença do vigário de Barroquinha, são realizadas missas, casamentos, batizados e velórios. Há a existência de mais três igrejas: a de Santa Adelaide, a “santa do povo”, a Igreja de São Pedro e uma Assembleia de Deus.

A história de Santa Adelaide é contada e sempre lembrada com muita devoção por todos que habitam Bitupitá e adjacências. Conta o autor do livro “Memórias do passado, à beira-mar de Bitupitá”, o oficial da Marinha Mercante, Francisco Alves de Araújo, que Adelaide Elias Tahim nasceu em Belém, Palestina, em 1/7/1882, casou-se com Demétrio Elias Tahim, também da Palestina e foragidos da guerra, viajaram até os Estados Unidos da América. Não gostando do ambiente lá encontrado, resolveram transferirem-se para o Brasil, onde escolheram firmar residência nas Almas – antiga denominação da praia de Bitupitá – e estabelecer comércio do ramo têxtil.

Demétrio Tahim foi um homem de posses, negociante de tecidos e identificado como uma pessoa de personalidade ríspida, ao contrário de sua esposa Adelaide, que era conhecida por todos como muito caridosa, uma senhora que atendia aos mais necessitados. Afirmam os atuais habitantes que Adelaide havia realizado milagres, além de ter exercido caridade durante toda sua vida. Após o nascimento de seu décimo filho, Adelaide teve complicações pós parto e não resistiu, vindo a falecer em 26/03/1929.

Segundo relata o autor do livro, o corpo de Adelaide foi enterrado no cemitério das famílias do Venâncio, distante 2 km de Bitupitá. Dizem os moradores da época, estória que vem sendo transmitido a cada geração, que a alma de Milade (como também era conhecida) apareceu ao agricultor Francisco José de Oliveira, na localidade de olho D’água, distrito de Viçosa do Ceará, em 03/05/1929. Na aparição, a alma de Milade pedia ao Sr. Oliveira que exumassem seu corpo e o removessem do cemitério no

qual estava enterrado e o transferissem para o Pontal das Almas¹⁸, lugar mais extremo da praia de Bitupitá.

O agricultor, por não ter realizado de imediato o desejo do espírito, passou a ser frequentemente assombrado, até o dia em que a família Tahim resolveu exumar o cadáver. A família Tahim, um tanto descrente dessas aparições, pediu evidências que comprovassem que era de Adelaide o tal espírito. Algumas fontes orais afirmam que uma das evidências expostas pelo Sr. Oliveira correspondia a um cofre que estava enterrado em um lugar secreto e que somente Milade sabia onde estava escondido.

Independentemente de o relato ser condizente ou não ao que aconteceu, o fato é que isso foi suficiente para a família Tahim acreditar no agricultor e proceder à exumação do corpo, que ocorreu no dia 13/05/1929. Um fato narrado atualmente com bastante frequência pelos habitantes locais é que, durante a exumação do corpo, um homem teria reclamado que o mesmo soltaria um odor desagradável – e ao expressar tal descontentamento, o reclamante balançou a cabeça de um lado para o outro, como num ato de negação – reprovando tal atitude de exumação da família. Ao abrirem o caixão, dizem que não somente este exalou um cheio de rosas que envolvera a todos, como também, o reclamante fora punido e passara a repetir o balançar da cabeça, de um lado para o outro, mesmo que involuntariamente, pelo resto de sua vida.

Ao fim da exumação, levaram o caixão para o local escolhido pela falecida, no Pontal das Almas, e lá o enterraram após 48 dias de seu falecimento. A partir dessa data, seu túmulo passou a ser visado como importante local de romaria durante o ano inteiro e, principalmente, na data dos festejos em sua homenagem, que ocorre sempre no fim do mês de Agosto.

1.3.1 A praia de Bitupitá e a pesca de curral.

Como atividades produtivas, o distrito de Bitupitá possui majoritariamente a pesca e coleta artesanal como fonte de sobrevivência. A pesca caracterizada como de

¹⁸ O Pontal das Almas merece ser destacado por toda beleza que o envolve, é divisa do estado do Ceará com Piauí, possui vital importância na manutenção do ecossistema dessa região, pois nele encontra-se a junção de mangue, rio e mar. Atualmente o pontal das almas é área de preservação ambiental (APA) do Delta do Parnaíba. Há tempos, o Pontal das Almas era conhecido somente por 'Almas', e uma pequena vila de pescadores. Em razão dos movimentos das dunas que soterrava as casas, o pequeno vilarejo foi remanejado para onde se conhece atualmente a praia de Bitupitá. Uma área hoje desabitada, afastada a 6km do pico populacional de Bitupitá, o Pontal das Almas é característico de uma beleza cênica e de uma riqueza animal e vegetal singular: as dunas móveis, a vegetação rasteira e de médio porte, os coqueirais, os manguezais e a junção dos rios Ubatuba e Timonha com o mar.

curral é um tipo bastante específico dessa área e que está entrando em desuso em todo litoral cearense, por fatores como os elevados preços para a construção do curral (armadilha de madeira fincada no mar), a pesca predatória e a pesca industrial.

Araújo (2013) fez um estudo detalhado sobre esse tipo de pesca e também daquelas outras predominantes nessa localidade, como a pequena pesca¹⁹, de linha ou de rede. A pesca e outros tipos de atividades que dela derivam, como os tratadores de peixe, guará e transportador de peixe²⁰, são fonte majoritária de atividade produtiva na região, seguida de atividades comerciais em que são vendidos artigos alimentícios, confecções, lanches e serviços.

Ainda que a referida praia seja conhecida por suas técnicas de pesca com curral²¹, realizadas pelos homens, também é possível encontrarmos mulheres envolvidas nas atividades pesqueiras, tanto na própria pesca de rede em águas rasas, na coleta de mariscos e conchas no escoadouro do rio, no trabalho realizado nas pesqueiras²², quanto na confecção e conserto de redes e outros apetrechos da pesca. Importante destacar que as mulheres desenvolvem essas atividades conjuntamente com as atividades do lar.

De acordo com informações cedidas pelo presidente da Associação de Pescadores, segundo Araújo (2013), existem ali 700 associados, entre homens e mulheres, habilitados legalmente para a pesca, sendo que há aproximadamente mais de 1.200 pescadores na praia, 35 embarcações e 18 currais.

A praia de Bitupitá se insere no território delimitado pela Área de Proteção Ambiental do Delta do Parnaíba, por possuir nas proximidades dos estuários dos rios Timonha e Ubatuba, além da diversidade de espécies que habitam os manguezais, as salinas, dunas fixas e móveis e todo o ecossistema nativo

¹⁹ Segundo a classificação de Verissimo (1970) “a pequena pesca visa à alimentação individual, ou constitui uma pequena indústria auxiliar de abastecimento local”.

²⁰ A pesca em Bitupitá compreende, além dos pescadores, de tratadores de peixe, geralmente mulheres que tiram as vísceras e deixam o peixe ‘limpo’ para venda; guará são aqueles, homens com maior poder aquisitivo, que compram os peixes e distribuem para localidades como Barroquinha, Chaval, Camocim e Venâncio e por fim, o transportador de peixe é aquele que transporta o peixe da embarcação até o carro do comprador.

²¹ Trata-se da modalidade de pesca de mar mais comum no local que consiste numa técnica de pesca fixa com cercos em alto mar. No entanto, pode-se averiguar presença de outros tipos de pesca como: de caçoeira, de camboa, de espinhel, de rabadela e de linha.

²² Um pequeno compartimento feito de mourões com cobertura de palhas de palmeiras onde se trata os peixes baganas que são os peixes pequenos como a sardinha, para depois serem levados para os estaleiros (local onde se coloca o peixe para secar).

2. AS FAMÍLIAS DO VENÂNCIO

“O vilarejo do Venâncio é curioso porque tem um cemitério sem muros, as dunas estão cobrindo as casas (7 casas já foram perdidas, as dunas já 'comeram'- como eles falam) e além de que, as 120²³ famílias que lá residem são todas originárias de dois troncos familiares, os Henrique e os Vitorino. Fiquei fascinada com esse fato...em uma entrevista com um dos moradores, ele afirma que todo mundo ali é primo. Obtive a informação que boa parte da comunidade não é de pescadores, mas praticantes de agricultura familiar e salineiros. As disputas políticas ali também se mostram mais acirradas... Segundo outro morador, na semana passada da que eu estive lá, o Prefeito, que é 'Cara Preta', mandou um carro pipa para os seus eleitores, ou seja, foram só avisados da passagem do carro pipa aqueles cabos eleitorais do prefeito no período de eleição” (trecho do diário de campo, 26/05/2011) .

Este trecho extraído de um diário de campo expressa as primeiras impressões que tive do vilarejo, bem como é um prenúncio da dinâmica social lá encontrada.

O vilarejo do Venâncio²⁴ conta com cinquenta famílias alocadas no entorno da principal via de acesso, que liga a sede do município à localidade de Bitupitá. A localidade é dependente no âmbito sócio-administrativo de Bitupitá, onde se encontram, como citado anteriormente, postos de saúde, escolas de ensino básico e médio, comércios com variedade de produtos alimentícios e pessoais, além de prestação de serviços bancários (loteria da Caixa Econômica Federal), diferente situação encontrada neste que conta com três comércios de produtos básicos (grãos, cereais, produtos de limpeza e higiene pessoal), três bares frequentados pela própria população do vilarejo e com funcionamento esporádico aos finais de semana, duas igrejas católicas, uma “da família”, utilizada somente na ocasião de falecimento de algum ente da família, diga-se, de algum herdeiro, e a outra para atividades como batizados ou missas de motivos especiais. Possui, ainda, uma casa de farinha, uma escola de ensino fundamental²⁵, atualmente desativada por conta da invasão das dunas móveis e um cemitério, este sem

²³ O referido recorte corresponde ao trecho de uns primeiros diários de campo no qual descrevi o vilarejo, por isso, existe um desencontro entre o número de residências do vilarejo aqui relatadas com o restante dos dados oficiais. Oficialmente, faço uso de 50 casas como componentes do vilarejo do Venâncio, porém, unicamente no trecho acima, identifiquei Venâncio como um vilarejo de 120 casas em razão da imprecisão dos dados no início da pesquisa.

²⁴ Ver referência página 3.

²⁵ Em fevereiro de 2011, a Escola de Ensino Fundamental Nossa Senhora do Perpétuo funcionava com seis turmas pela manhã, três à tarde e duas à noite, totalizando 167 alunos matriculados. Depois da desativação da escola, os alunos provenientes das localidades de Venâncio, Curimã e Leitão que estudavam nesta escola foram remanejados para as escolas dos distritos de Bitupitá e Araras.

muros ou separações e localizado bem ao meio do núcleo populacional, podendo ser confundido facilmente com o quintal de alguma casa, como a ele já referido no tópico anterior.

Em Venâncio, as famílias residem em casas de taipa revestida, em sua maioria, com piso de cimento vermelho e teto sem ‘forro’. São residências, geralmente, de dois quartos, uma sala, uma cozinha, um amplo quintal, onde se concentram os criadouros de galinhas, patos e um pequeno roçado, onde se plantam verduras tais como tomate, cebolinha, milho, feijão e mandioca. Em grande parte das residências, pode-se perceber a existência de banheiros com vasos sanitários, pias e chuveiros, porém, em nenhuma delas há água encanada. Isso se deve à ausência de sistema de esgoto e água encanada na localidade e nas regiões próximas como Bitupitá, Curimã, Leitão, Pereira, dentre outros.

Dados do cadastro do Sistema de Informação de Atenção Básica (SIAB, 2014), indicam que a população do Venâncio totaliza 512 habitantes, fornecendo o montante de 132 famílias e o seguinte perfil infraestrutural: Os mesmos dados informam que 60 crianças (96,77%), de 7 a 14 anos, estão na escola, enquanto 299 são adolescentes e adultos (69,21%) alfabetizados (ver Tabela 3).

Sobre a situação do abastecimento de água no vilarejo, o Secretário de Turismo, Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Pesca, esclarece a condição atual na qual estão os moradores do Venâncio:

Eles têm uma grande virtude e eles não sabem, tem o melhor lençol de água subterrânea do Ceará, as dunas favorecem esse lençol. Essa área verde não é por acaso, não, são vazões de 35 mil litros de água por hora. Tudo que é verde tem uma camada de argila que foi aterrada de duna, com profundidade de um metro ou dois. E aquele cemitério do lado é um agravante, eles bebem os defuntos que enterram. Hoje eles pegam água lá das cacimbas e adubam os canteiros com os parentes deles. (Entrevista com Secretário de Turismo, Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Pesca, em 13/04/2013)

Venâncio tem sua população voltada economicamente para o comércio de suprimentos básicos, agricultura familiar, criadouro de animais de pequeno porte (galinhas, patos, porcos e cabras), trabalho sazonal nas salinas do município, extração de matéria-prima para produção de cera de carnaúba, serviço público e trabalho nas casas de farinha. Além destas, tem a pesca em rio e mar aberto, coleta de mariscos e conchas no mangue, atividades unicamente realizadas para subsistência. Os alimentos que provêm dos pequenos roçados (coco, milho, mandioca, caju, feijão, pimentão,

tomate, cebolinha, dentre outros) são utilizados para subsistência da unidade familiar e, em épocas de boa colheita, há produção de excedentes, retornando a renda em dinheiro para o núcleo familiar.

Para a agricultura, algumas das famílias possuem subsídio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), contam, também, com o PRONAF Mulher, voltado para a agricultora, e o Crediamigo, direcionado para a atividade comercial, sendo o primeiro programa subsidiado pelo Governo Federal e os dois últimos pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

O trabalho nas salinas é sazonal, no período de verão, meses de Junho a Dezembro, atraindo homens que vêm das regiões do Venâncio, Leitão, Chapada, Bitupitá, dentre outros lugares da redondeza. Lá, eles contam com a invasão da água do mar nas “valas”, que são espaços onde a água fica concentrada e o sol faz com que toda essa água evapore, deixando o sal. O ganho sobre a produção gira em torno do alqueire, mil alqueires de sal, produzidos por cinco ou seis homens que se concentram em cada ‘vala’ e se responsabilizam por tirar o sal e levá-lo para uma cobertura onde há maior concentração da substância salina. Segundo o líder comunitário, o que se ganha é em torno de R\$ 250,00 por semana/cada homem, pois a produção do alqueire/semana sai a R\$ 2.000,00. Na salina, o trabalho também é árduo, os trabalhadores chegam cedo, às 4h00 da manhã e iniciam o trabalho. Conforme o mesmo, “não há corpo mole, pois se ganha por produção”.

Dessa maneira, parte da fonte de renda dos habitantes da região se concentra em pequenos comércios que vendem alimentos básicos, como feijão, arroz, milho, bebidas e produtos de limpeza. Outra parte da renda vem do trabalho sazonal nas salineiras de Leitão, do Programa Bolsa Família e dos subsídios financiados pelo Governo.

Tal como as diversas microáreas espalhadas em todo território do município de Barroquinha, Venâncio assemelha-se a estas por seu estilo de vida pacato, por hábitos que iniciam antes do raiar do dia, interrompido pela hora do almoço, seguido pelo descanso obrigatório à tarde e pelo término da jornada de trabalho, logo ao anoitecer. As conversas nas calçadas são cotidianas, versam sobre temas corriqueiros, envolvendo tanto homens quanto mulheres, trazendo à roda de conversa as novidades do dia, como o quanto dos produtos do roçadinho foi vendido em Bitupitá ou a razão pela qual o filho da vizinha faltou à escola hoje, isso, no caso das mulheres; com os homens, os assuntos vão desde o pequeno roçado, preocupações com a situação

infraestrutural do vilarejo, até conversas que podem ser comparadas com a seção de anúncios populares dos jornais, em que os mais velhos indicam uma variedade de trabalhos disponíveis para os mais jovens, seja nas redondezas, em Bitupitá, na cidade-sede, ou em grandes capitais, como Fortaleza e Rio de Janeiro.

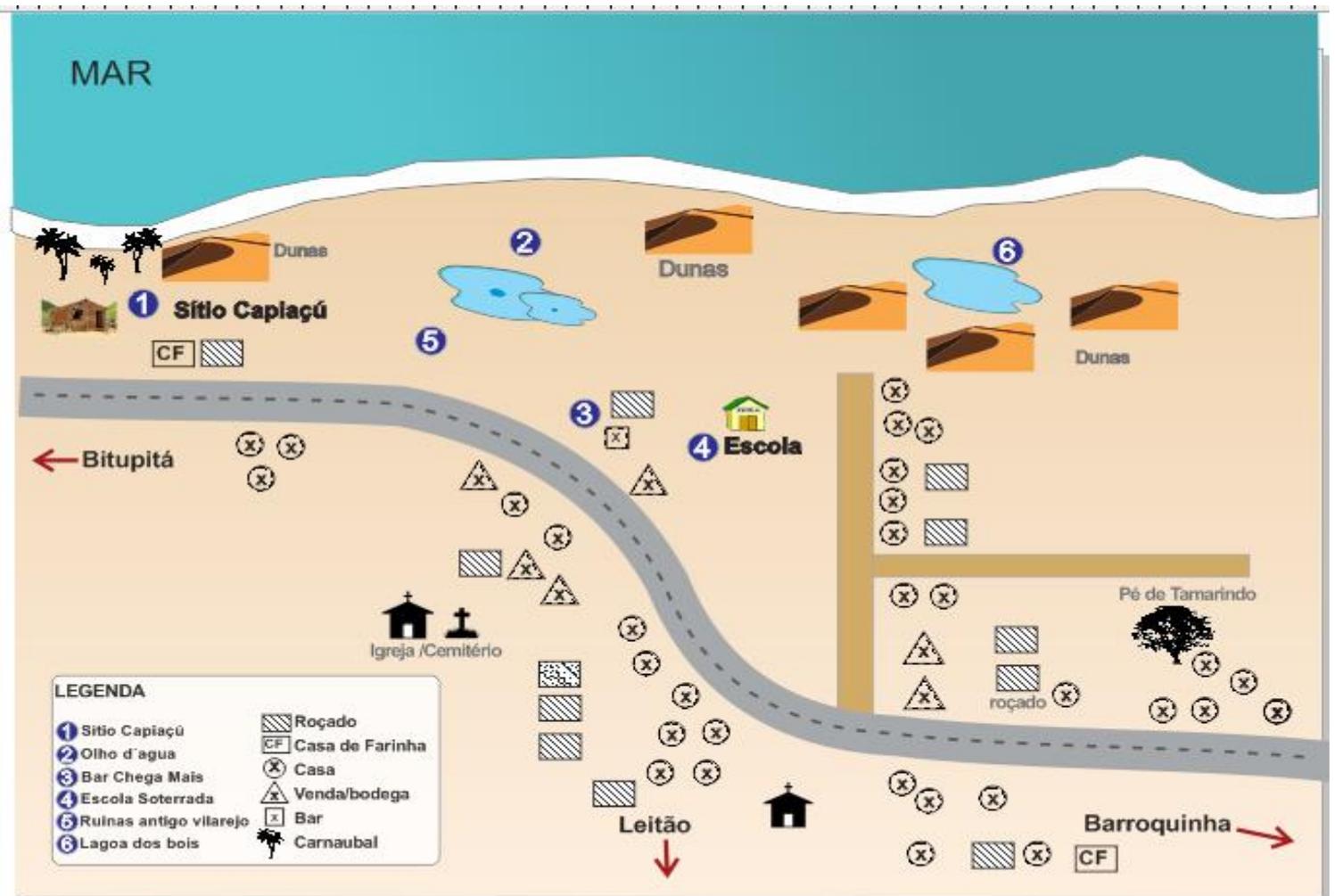
Venâncio é marcado pelos estreitos laços mantidos entre as famílias, caracterizado por um constante dar e receber. As mulheres trocam entre si necessidades do dia a dia: um pouco de farinha por uma ‘parêa’²⁶ de cheiro verde ou por uma ajuda na limpeza da casa. Tanto mulheres como homens do Venâncio estão constantemente num estado de troca, seja este de bem bens materiais, como alimentos do roçado, ou de prestação de serviços físicos ou morais. Ora, estas prestações e retribuições no vilarejo (ou contra prestação, como assinalado por Marcel Mauss (1995)), podem ser percebidas em dois níveis: quanto ao gênero, naquelas atividades desempenhadas unicamente por mulheres e para mulheres, como a troca de alimentos, e entre aquelas praticadas por homens, como o auxílio a um parente a construir uma casa; e quanto ao núcleo familiar enquanto unidade mínima do grupo, que no caso a relação dádiva-dívida enlaça todo o núcleo familiar com outro núcleo familiar.

No Venâncio, esse tipo de aliança se apresenta quando um núcleo familiar convida outro núcleo para exercer a função de compadres do filho que está para nascer. Neste momento, os casais, que já possuem uma certa afinidade, reafirmam os laços entre as famílias e solidificam obrigações mútuas, ou seja, defender um ao outro quando em momentos de conflito,

Identifiquei, dessa forma, alguns eixos que contribuem para a estruturação econômica do vilarejo: primeiro, o financiamento por meio de bancos de crédito (Crediamigo e Pronaf); segundo, a migração do homem, já na fase adulta, o qual sai para os grandes centros urbanos a fim de fazer poupança e retornar para construir sua própria casa e formar família; o terceiro eixo, a renda proveniente da pequena agricultura/pesca e trabalho sazonal nas salinas; o quarto se concentra nas relações de troca e reciprocidade - dádivas-dívidas, no sentido conferido por (MAUSS,1995) estabelecidas no âmbito das instituições públicas (e seus representantes) e os moradores locais.

²⁶ Bastante comum no Nordeste do Brasil, denomina-se ‘parêa’ ou parêla ramos de verduras em pares, como cebolinha e coentro.

Figura 2: Croqui Casas do Venâncio. Autoria: Roberta Aragão



Um aspecto que faz o vilarejo se destacar na região é a sua situação fundiária. Existem dois pontos de vista sobre esse assunto: o primeiro, dos moradores, a respeito da garantia às terras que habitam, em razão dos documentos de compra datados do fim do século XIX, que foram comprados pelos dois primeiros habitantes do Venâncio (ANEXO N° 2 E 3) em que consta a delimitação do terreno, o valor do bem à época, bem como, posteriormente, o cadastramento de tais terras junto ao INCRA. No entanto, tal documento é referente unicamente à compra no Sítio Capiaçú e não a todo território que a população do Venâncio habita como ilustra o Anexo n°4.

O segundo ponto de vista faz referência à opinião do Secretário de Turismo, Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Pesca, o qual afirma ser esse documento dos

habitantes um documento de posse e não de propriedade da terra, como o mesmo esclarece no seguinte trecho:

Eles têm posse, mas parte é da União parte é do estado [do Ceará]. Eu consegui que o estado [do Ceará] fizesse todo mapeamento e regularização fundiária de toda área. Essa regularização vai ocorrer e vai ser processada agora. Está encaminhada pelo IDACE, está em processo de licitação. Lorena: Eu tenho conhecimento de que eles pagam imposto ao INCRA. Secretário: Eles falam isso, mas o João Paulo é responsável pelo INCRA aqui, então toda matrícula que tenha o CCIR²⁷ ou ITR ele retira aqui e aqui eles não tiraram, ate onde eu saiba. (Entrevista em 13/04/2013)

Embora os moradores do Venâncio possuam documentos que certifiquem a propriedade da terra, essa divergência de opinião entre o Secretário e os dados comprovados pelos moradores, me leva a crer que um impasse fundiário na localidade é eminente, inclusive se forem observadas a importância dessa região para implantação de geradores eólicos (como será observado no capítulo 3). Pela posição do Secretário imagina-se que vão surgir mais conflitos, pois não se sabe ao certo qual território os documentos abrangem.

Já nas primeiras permanências em campo pude observar claramente quais daquelas pessoas possuíam maior destaque dentro do vilarejo. Identifiquei, de pronto, que aqueles que sabiam mais sobre os antepassados, aqueles que lembravam os nomes das famílias, dos antigos líderes e de assuntos do vilarejo certamente seriam pessoas de destaque dentro da localidade. Mas, mesmo já tendo identificado um pequeno número de moradores como possíveis líderes, eu me questionava se não havia uma segmentação mais elementar, talvez um morador mais antigo ou um restrito núcleo que guiasse essas possíveis lideranças atuais.

²⁷ Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) é o documento emitido pelo INCRA que constitui prova do cadastro do imóvel rural, sendo indispensável para desmembrar, arrendar, hipotecar, vender ou prometer em venda o imóvel rural e para homologação de partilha amigável ou judicial (sucessão causa *mortis*) de acordo com os parágrafos 1.º e 2.º do artigo 22 da Lei n.º 4.947, de 6 de abril de 1966, modificado pelo artigo 1.º da Lei n.º 10.267, de 28 de agosto de 2001. Sem a apresentação do CCIR, não poderão os proprietários, sob pena de nulidade, desmembrar, arrendar, hipotecar, vender ou prometer em venda imóveis rurais. Em caso de sucessão causa *mortis* nenhuma partilha, amigável ou judicial, poderá ser homologada pela autoridade competente, sem a apresentação do Certificado de Cadastro. Os dados constantes do CCIR são exclusivamente cadastrais, não legitimando direito de domínio ou posse, conforme preceitua o parágrafo único do artigo 3.º da Lei n.º 5.868, de 12 de dezembro de 1972. Fonte: <http://www.incra.gov.br/tree/info/directory/36>, visitado em 1/12/2014.

A ocorrência de dois eventos, quase que seguidos um no outro, com diferença de apenas uma semana, fez com que eu obtivesse o esclarecimento dessa questão. Certos elementos observados nesses eventos uniram-se ao conhecimento prévio que eu possuía acerca da representatividade de momentos ritualizados, tais como morte, reuniões e festividades.

No primeiro deles, estive presente na missa de sétimo dia da irmã do líder comunitário do vilarejo, uma mulher já idosa, viúva, que habitava uma casinha não muito distante do núcleo do vilarejo. Durante toda tarde, a esposa do líder comunitário, cunhada da falecida, e outras vizinhas faziam as preparações da pequena cerimônia que seria realizada no cemitério do Venâncio. Coletavam-se flores, faziam-se arranjos para o túmulo, falava-se da falecida e de outros parentes doentes. Às cinco da tarde, um grupo de trinta pessoas se reuniu ao redor do túmulo, este um amontoado de terra batida com uma cruz fincada em uma das pontas. As mulheres puxavam os cânticos e as palavras foram proferidas pelo ministro religioso de Barroquinha, que além de ministro, trabalha na Secretaria de Saúde do Município. Nada parecia interromper a cerimônia, nem os carros que passavam na rodagem, nem as vacas que vagavam dentro do cemitério em pasto solto. Sem muitas preparações, a missa foi rezada ao pé da cruz, que indicava onde estava o corpo e ao fim dos cânticos, todos seguiram para casa, voltaram à normalidade.

Alguns dias depois, diferentemente do primeiro, o segundo evento consistiu na preparação do povoado para o falecimento de outro morador, sogro de uma das lideranças locais e meu principal interlocutor, que naquele momento, se distinguiu como um parente de grande representatividade. Antes mesmo de seu falecimento confirmado, uma série de preparações envolveu a localidade. Os homens capinavam o cemitério, limpavam ao redor dos túmulos e ornavam a lápide de cerâmica que parecia estar pronta há pouco tempo, as mulheres da família preparavam os ‘santinhos’ e faziam companhia à esposa do doente. A movimentação nas casas dos parentes mais próximos era intensa, o telefone não parava de tocar, pessoas que vinham na estrada paravam e perguntavam como estava o doente, a resposta era sempre a mesma “está muito mal, muito mal, pode ir a qualquer instante”.

A esse ponto, todas as preparações realizadas para esse habitante me confirmou a posição de distinção e liderança que ele vinha desempenhando no vilarejo há anos. Assim, passei a considerá-lo como Ego, por sua posição no tecido genealógico

ser fundamentalmente representativo ao explicitar sobre as relações de poder no vilarejo.

Parti do vilarejo em retono à Fortaleza sem ter notícias a respeito do estado de saúde do Ego. Não obstante, pouco tempo depois de chegar em Fortaleza soube de seu falecimento. Ao saber do ocorrido, me preparei para retornar ao vilarejo para a missa de um mês de falecido.

Ao retornar ao Venâncio, um mês depois, percebi que tais preparações tornaram-se abstenções. Os jovens estavam proibidos de saírem para festas e todos ligados à família deveriam fazer luto, vestindo cores ternas: a esposa e os filhos, por seis meses, os netos e sobrinhos, por três meses. A notícia do falecimento desse antigo líder movimentou toda a região.

Soube por meio de familiares próximos ao Ego, que seu cortejo foi acompanhado do sítio Capiacú, onde ele residia com esposa e uma filha e uma neta, até o cemitério do Venâncio. Seguindo a tradição dos enterros do vilarejo, digo a tradição daqueles mais importantes na região, o corpo foi levado em carro particular, sendo acompanhado por parentes e amigos que chegavam de toda parte: Bitupitá, Leitão, Chaval, Parnaíba, Barroquinha, Serra de Ubajara e Fortaleza.

Diferente das preparações que antecederam à morte do Ego, para a missa de um mês de falecido, a igreja da família fora aberta e limpa, havia a preocupação se iam caber todos os convidados na igrejinha da família ou se deveriam realizar a cerimônia na igreja do vilarejo recém construída. Escolheram pela igreja nova, e às cinco da tarde um amontoado de pessoas se aproximavam da igreja que tem capacidade para 60 pessoas sentadas. Todos os bancos ficaram lotados, muitas outras pessoas que chegaram, assistiram a cerimônia do lado de fora da capela. Ao fim da cerimônia, os mais próximos seguiram para a casa da viúva, onde estavam servindo um jantar.

É interessante observar que o falecimento de uma antiga liderança local, especialmente em grupos de pequena escala, torna mais visível a atuação dos diferentes moradores da localidade, as empatias e dissidências, como é observado nos estudos de rituais, que momentos ritualizados como nascimentos, mortes, festas, cerimônias, comícios etc. são eventos sociais ideais para apreensão das relações de poder que são encobertas pelo cotidiano.

Assim como ilustra Max Gluckman, ao discorrer sobre a inauguração de uma ponte na Zululândia Moderna, partir de situações sociais e de suas inter-relações pode-se abstrair a estrutura social, as relações sociais bem como as instituições daquela

sociedade, provendo validade às generalizações do antropólogo (GLUCKMAN, 1987, p.228). Dessa forma, a observação desses dois eventos, como fora percebido antes, de mesma natureza, porém com distintas representatividades perante o grupo, indica o papel e o peso daquilo vivido por cada sujeito e a estratificação da sociedade em estudo e foi a partir da observação desses eventos que eu tive a apreensão mais clara e completa sobre a organização social no vilarejo.

2.1 NOS TEMPOS DO FINADO VITORINO: A ‘EPOPEICA’ ORIGEM DO VILAREJO.

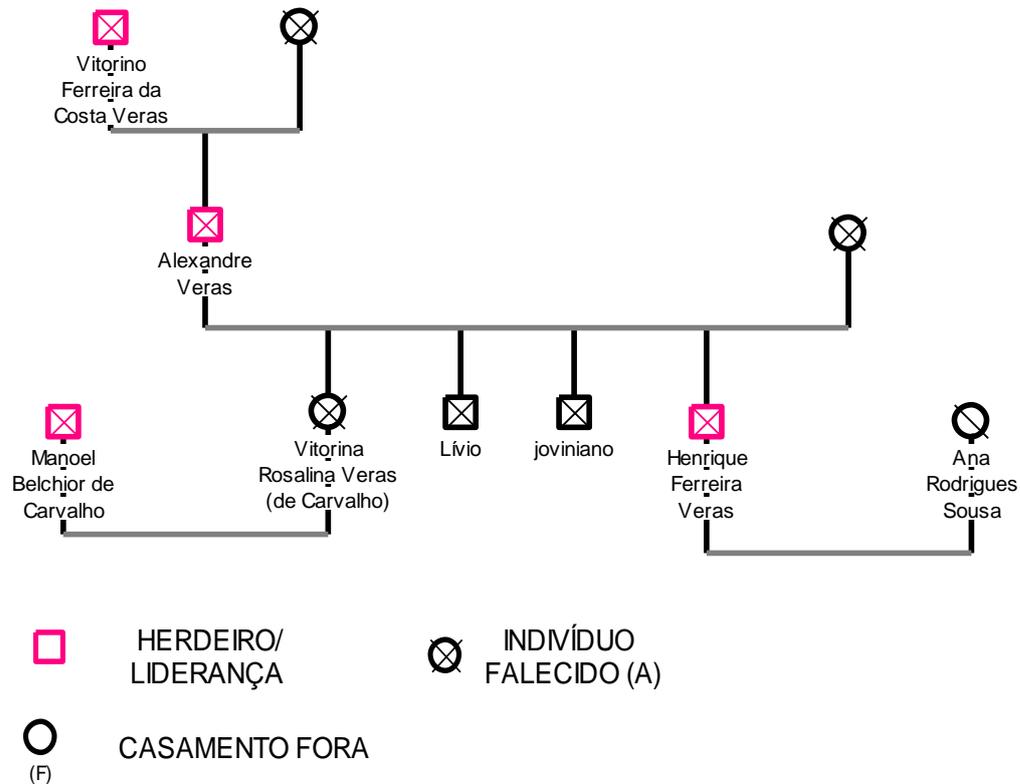
A reconstrução histórica de uma localidade depende tanto de dados oficiais que podemos coletar quanto daquilo que ouvimos na convivência, durante as conversas informais. Nesta pesquisa, faço uso, majoritariamente, dos relatos dos moradores de Venâncio para ter acesso à história local e para a construção da rede de ascendentes e descendentes das famílias. Os relatos orais sempre diziam algo sobre os namoros na juventude, os casamentos, as migrações para o Sudeste e o retorno para a família, as dificuldades enfrentadas cotidianamente para o sustento do lar e, especialmente, sobre a memória e a saudade que os vivos têm dos mortos.

O surgimento do vilarejo do Venâncio se deve às atividades econômicas advindas de cidades como Camocim e Granja, em meados do século XIX. As referidas cidades atuavam como entrepostos comerciais, interligando o litoral oeste ao sertão central e à capital. Camocim exercia, sobretudo, atividade portuária e comercial, sendo destino comum de comerciantes, brasileiros e estrangeiros, que lá aportavam, a fim de estabelecer negócios (MONTEIRO, 1984).

Segundo o líder comunitário do vilarejo, a família Veras²⁸ veio de Portugal e se alojou em Camocim. De lá, as famílias foram se dispersando, algumas firmando residência em Camocim e outras migrando para o que se compreende hoje como Venâncio e Bitupitá, Bambu e Araras. Os primeiros a se instalarem em Venâncio foram Vitorino Ferreira da Costa Veras e sua esposa, acompanhados de seu filho Alexandre Ferreira da Costa Veras, sua nora e seus quatro netos: Henrique, Jovinião, Lívio e Vitorina.

²⁸ Procuro interpretar o que meu interlocutor intenta ao dizer ‘a família Veras’ como várias pessoas unidas pelo mesmo sobrenome, de diferentes faixas etárias e de diferentes graus de parentesco, sem a obrigatoriedade de compor um núcleo familiar, composto por pai, mãe e irmãos.

FIGURA 3: Genealogia da origem da povoação do vilarejo.

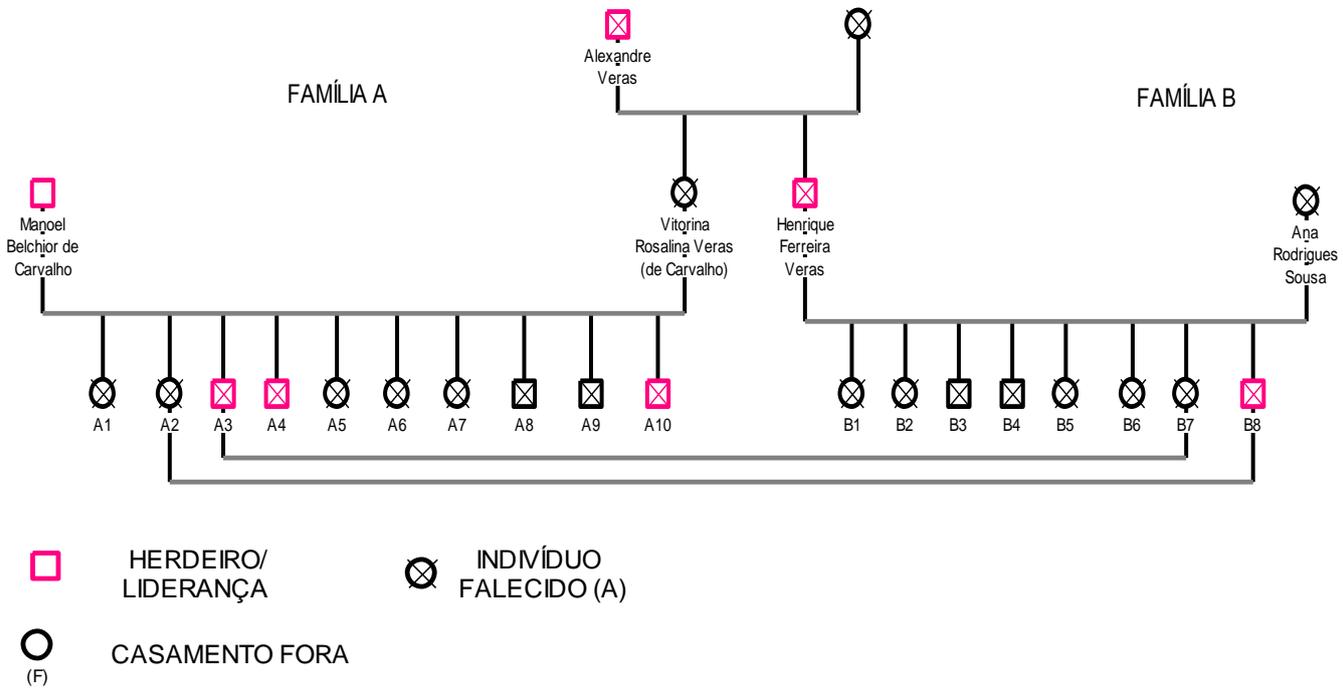


A povoação do Venâncio se deve à geração dos filhos de Henrique Ferreira Veras (casado com Ana Rodrigues Souza) e à Vitorina Rosalina Veras de Carvalho (casada com Manoel Belchior de Carvalho). Os irmãos geraram oito e dez filhos, respectivamente. Os outros irmãos, Joviniano e Lívio, não tiveram filhos. Como bem relata um dos *herdeiros* e bisneto de Vitorina Rosalina,

Entrevistado O: Todos aqui são de uma família só. Todos aqui são primos. Quando o finado Henrique e a finada Vitorina arranjaram par, vieram fazer família aqui no Venâncio. Naquela época as terras não tinham dono, então eles levantaram as casas e plantaram *os pé* de coqueiro pra dizer que o lugar tinha dono.

A partir dos descendentes do patriarca Vitorino Ferreira, novos núcleos familiares foram se conformando, tendo em conta os casamentos entre membros da mesma família como importante forma de reprodução local. Em sua totalidade, os casamentos ocorrem entre primos de uma mesma geração e, atualmente, os descendentes de Henrique Veras e de Vitorina Rosalina se encontram na quarta geração.

FIGURA 4: Genealogia Casamentos entre pares de primos.



No âmbito da geração dos filhos que iniciaram o povoamento, os casamentos se dão por meio de alianças exógenas e endógenas (FIGURA 4), nessa última, prevalecendo o modelo de casamento entre pares de irmãos (cruzados e paralelos)²⁹ da mesma geração, seguindo o padrão de ascendência-descendência transmitido pela linha masculina, de pai para filho ou de sogro para genro (FIGURA 8).

Como mostrou Lévi-Strauss (2009); WISEMAN (2002), as regras de casamento e sistemas de parentesco são uma espécie de linguagem, que conformam operações com objetivo de assegurar certo tipo de comunicação entre indivíduos e grupos. A incidência de casamentos entre primos, portanto, atuam como intervenções no grupo social com a finalidade de criar alianças. São assim, as alianças matrimoniais endogâmicas, o ponto de partida dos sistemas de parentesco, e o ponto a partir do qual se asseguram os bens dentro da família.

²⁹Diz Luis Batalha (1995) sobre os primos cruzados e paralelos: “Como uma das mais importantes consequências da filiação unilinear é a colocação e definição, em grupos diferentes, dos filhos de irmãos de sexo diferente. Isso origina duas categorias de primos: *primos cruzados* (filhos de irmão do sexo oposto) e *primos paralelos* (filhos de irmãos do mesmo sexo).” (BATALHA, 1995, p. 753)

A exemplo da morada e do trabalho na terra, o pertencimento ao vilarejo de Venâncio corresponde, também, à descendência dos habitantes a esse fundador comum, rememorado como o primeiro a habitar essas terras, visto que seus descendentes, conhecidos como os *herdeiros*, possuem documentos que oficializam a propriedade da terra — *status* este distinto do restante das localidades próximas, que se concentram na faixa litorânea.

No período que eles denominam “o tempo dos antigos”, quem habitava o sítio Capiacú eram os filhos de Vitorina Rosalina. Foram eles que construíram as casas de morada, a casa de farinha, tiravam a palha do carnaubal, juntavam os trabalhadores de roça, faziam cera do carnaubal e as mulheres faziam queimadas com a palha. São conhecidos, assim, como os antigos líderes do Venâncio: Manoel Belchior de Carvalho, A3, A4, A10 e B8 (VER FIGURA 4).

Os mais antigos relatam a vida no Venâncio, à sua época, como um período de muita dificuldade. Para construir uma casa, diz um *não herdeiro*, descendente da FAMÍLIA B e proprietário da última casa de farinha do Venâncio, era difícil porque as casas eram construídas de taipa e palha de carnaúba, um tempo muito diferente do que é encontrado hoje.

Lorena: Porque era mais difícil? Entrevistado J: Porque não tinha ganho, quase, os ganho era uma coisinha, não dava pra nada..primeiro não tinha um emprego, não tinha nada. Hoje o pessoal trabalha muito, ganha dinheiro... Já tem mais uma força..naquele tempo era difícil, a gente sofreu muito. Não vou dizer que ninguém passava bem, não, a gente passava era fome naquela época. Deus deu uma recompensa e a gente venceu, né? Porque quem espera por Aquele não perde nada.

Em uma das conversas informais, perguntei o porquê do cemitério não ter muro (localizado no meio da cidade, entre as casas e a igreja). O líder comunitário e membro da FAMÍLIA A (FIGURA 4), respondeu que, inicialmente, Venâncio não se localizava onde atualmente é. Antes das dunas ‘comerem as casas’, nas suas palavras, o Venâncio era mais afastado, fazendo com que o cemitério fosse distante do centro da localidade. Mas com o avançar das dunas e com o crescimento das famílias e das casas, cada vez mais, foram se aproximando e hoje se situa no centro do vilarejo.

A construção da igreja reporta à morte de Manoel Belchior de Carvalho, casado com Dona Vitorina Rosalina. Com a morte dele, Dona Vitorina o enterrou e

queria que o corpo descansasse sob uma igreja, e assim foi. A igreja da família³⁰, de arquitetura simples, foi, possivelmente, construída sob influência dos modelos das igrejas jesuíticas.

Tive a oportunidade de conversar por email com o professor Sá Pessoa, do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFC e pedi que ele analisasse algumas fotografias (FIGURAS 5 E 6) e concedesse sua opinião a respeito da arquitetura dessa igreja, uma vez que ela possui um conjunto de elementos singulares em sua fachada e no seu interior.

Segundo o Professor, a fachada da igreja é simples, quadrada, com frontão triangular e porta retangular. Os elementos salientes que compõem a fachada (cornija) e os remates nos lados em forma de pirâmides (pináculos) são elementos da arquitetura clássica (Greco-romana), assim como as pilastras (reforços laterais). Esse estilo, como o mesmo ressalta, é chamado de Contra-Reforma ou, como classificado nas obras publicadas no Brasil, de arte brasileira (BARDI, 1975; ZANINI, 1983) é chamado de Maneirismo.

Como bem diz o Professor, “foi-lhe acrescentado um elemento decorativo que foge ao estilo austero e puro do Classicismo, os ondulados de influência barroca que acompanham o frontão”. Pode-se fazer um comparativo, diz o professor Sá Pessoa, com a fachada da igreja do Rosário de Fortaleza, que dizem ser a mais antiga da cidade, ainda do século XVIII.

Esclareceu o Professor, ainda, que o interior da igreja tem aparência mais recente. O altar tem influências góticas (o arco quebrado) do período do final do século XIX e princípio do século XX (influência do neogótico que se encontra na igreja do Pequeno Grande e do Cristo Rei, em Fortaleza).

Considero tais elementos válidos de destaque uma vez que a história e a memória de populações tradicionais não possuem registros normativos, muito menos os moradores se pautam em uma *razão prática*, (SAHLINS, 2003) de documentar a história de algo que eles vivem, ou que ainda estão vivendo. Portanto, considere tais observações para efeitos de enriquecimento da minha própria construção sobre ‘o que foi?’ ou ‘o que vem sendo o vilarejo do Venâncio desde a chegada de Vitorino Ferreira da Costa Veras?’.

³⁰ Esta igreja é chamada de igreja da família em razão dela ser somente aberta em ocasiões de cerimônias voltadas para os *herdeiros*.



Figura 5: Igreja da família. Foto da autora.



Figura 6: Interior da igreja. Foto da autora.



Figura 7: Cemitério sem muros. Foto da autora.

Assim como Ellen Woortmann (1995), em seu estudo sobre os sitiantes de Sergipe e colonos do Rio Grande do sul, procuro compreender a aliança entre esses grupos domésticos como o objetivo maior para a preservação do patrimônio, que nesse caso, é representado pela terra. Nesta localidade, bem como nos locais estudados por Woortmann, o casamento entre primos se mostra como estratégia tanto para a continuidade dessa herança material, quanto do modelo de preservação dos valores culturais da localidade.

Woortmann compreende que as práticas matrimoniais reforçam a solidariedade entre os grupos, mas também expressam concretude material – através da terra – sem a qual, não existe família. A vivência do grupo na terra e os seus usos é a base das relações parentais, pois o parentesco encontra significado quando aliado à base de reprodução material.

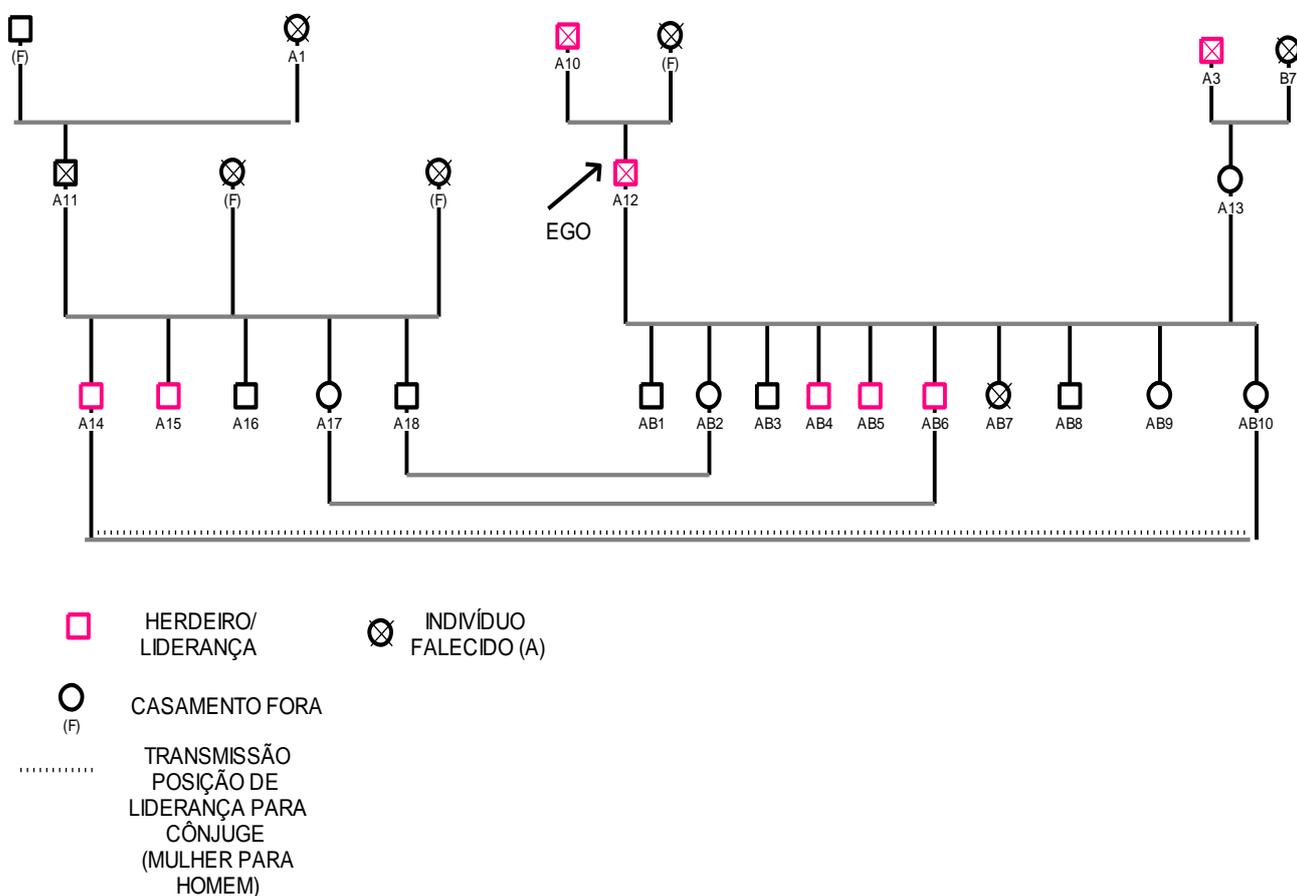
Disso percebeu-se a importância dos casamentos entre primos, que não é algo planejado, no entanto, é esperado. A convivência desde a infância entre primos, a obrigação desde criança a fazer parte das atividades da casa (seja ajudar no roçado, colher coco ou ajudar no comércio) e mesmo com a ausência de oportunidade de estudo e emprego nas localidades vizinhas, o que faz com que os residentes de Venâncio

procurem trabalho nas outras cidades, eles retornam para firmar moradia e família na localidade.

Quanto ao casamento preferencial entre primos, diz Woortmann que:

A preferência pela prima é “construída” pelas respectivas famílias. Isto é, desde pequenos, meninos e meninas “aprendem” que irão se casar dessa maneira; se lhes incute que “gostam” da prima/primo, são postos em contato frequente uns com os outros. (WOORTMANN, 1995, p. 274)

FIGURA 8: Genealogia do Ego



No âmbito da geração dos bisnetos de Henrique Ferreira Veras há uma incidência ainda maior de casamentos entre pares de primos. Observa-se que os três filhos do Ego, casaram-se com outros três primos da mesma família o que concentra consideravelmente a liderança do vilarejo dentro da mesma família.

Um fato citado por uma *herdeira*, representada na genealogia do Ego (FIGURA 8), por AB10 fez com que fosse percebido que os casamentos entre familiares

são esperados. Isso se deve à necessidade de ter sangue do mesmo sangue ou, como eles dizem, “sangue bom”, como a própria relata a seguir, quando lhe pergunto se as pessoas escolhem se casar com parentes, por preferência, ou se é algo que ocorre sem escolhas. Assim, afirma a moradora:

Entrevistada M: Aqui todo mundo casa com quem quiser. Na minha família, não mando meu filho se casar com uma menina daqui, não. Ele casa com quem quer. *Mas quando a gente se casa com quem já é conhecido não tem perigo de nascer ladrão, nem assassino, né? O sangue é bom, Deus sabe que é sangue bom, por isso não nasce nenhum aleijado, nem gente ruim.* [grifo meu]. O bom de ser tudo familiar é que a gente sabe de onde vem, aí já confia mais.

Neste trecho, ao contrário das afirmações do senso-comum (e das afirmações no campo da biologia) nas quais os casamentos entre primos são proibidos pela explicação de que essa proximidade biológica gerariam defeitos físicos, o depoimento da entrevistada M vai contra essas afirmações da biologia e ainda equipara, no mesmo nível, defeitos físicos e morais. A entrevistada dá razão aos casamentos entre primos por justamente conhecerem a origem um do outro, e por essa razão, diz não haver perigo no nascimento “nem aleijado, nem ladrão, nem gente ruim”.

Tomando por essas afirmações, a concepção de “sangue bom” adquire um novo sentido quando analisado sob o prisma da antropologia estrutural de Lévi-Strauss (2009). Em *As Estruturas Elementares do Parentesco*, o autor mostra que o sistema de parentesco cumpre a função de regular as relações sociais entre os grupos (porque isso asseguraria a continuidade do grupo social no tempo). Para a existência dessas relações surgem regras, como o tabu do incesto, que ordenam essas alianças e operacionalizam os casamentos entre grupos fora do seu núcleo familiar.

Assim como Lévi-Strauss defende que o tabu do incesto, para ele a única regra universal, tem a função de manter as relações entre as pessoas fora do núcleo familiar, pela aliança gerada com o casamento, perpetuando sua constituição social, a entrevistada M afirma que tais casamentos entre primos (que são casamentos fora do núcleo da família elementar) são também uma maneira de coagir os sujeitos a casarem com outra pessoa fora do seu núcleo familiar. Mas há um parceiro ideal, os primos, que mantêm a aliança, e com ela a posse da terra. Ou seja, o modelo de casamento no vilarejo do Venâncio é orientado pela necessidade de alianças familiares para a manutenção da terra e da forma de distribuição dos rendimentos que dela provém.

Sendo os casamentos esperados, essa atmosfera de intimidade se estabelece mediante a convivência desde a infância entre primos, com as brincadeiras nos lagos, dunas, com a obrigação desde criança a fazer parte das atividades da casa (seja ajudar no roçado, colher coco ou ajudar no comércio).

Em razão dessa prática de casamentos entre pares de irmãos, deduz-se que o produto de ações vivenciadas ao longo da história do vilarejo, reafirmada geração após geração, tende a manter a consonância e reincidência através do tempo. Assim, a convivência desde a infância entre primos, as brincadeiras nas dunas e lagoas, as descobertas afetivas e os namoricos, bem como uma série de obrigações para com o núcleo desde crianças são permeados pela persistência dos hábitos coletivos. Como bem afirmam os *herdeiros*, este fato se deve à necessidade de ter sangue do mesmo sangue ou “sangue bom”.

A explicação nativa “sangue bom” representa uma das diversas formas de estabelecer os casamentos dentro da família. No bojo dessas representações, a noção de *habitus*, de P. Bourdieu, explorada por Godói, traz uma aproximação possível de como os casamentos endogâmicos se manifestam e como esses eventos são vivenciados e legitimados no seio das relações entre parentes. Assim, traz Bourdieu:

Produto da história, o *habitus* produz práticas individuais e coletivas, logo, história, conforme os esquemas engendrados pela história; ele assegura a presença ativa de experiências passadas que depositadas em cada organismo sob a forma de esquemas de percepção, de pensamento e ação, tendem, mais seguramente que todas as normas explícitas, a garantir a conformidade das práticas e sua constância através do tempo (BOURDIEU, 1980, p. 91 *apud* GODOI, 1999, p.29).

Aqueles que trabalham, se sustentam e se reproduzem, tendo como base as relações mantidas com a terra veem nesta não somente uma fonte de sustento, mas uma parte que diz respeito à própria existência. Dessa forma, não intento fazer análise da unidade familiar camponesa como produtora e consumidora, mas, sim, busco compreender os interstícios das relações parentais que conformam e são responsáveis pela reprodução camponesa de geração a geração. Pois, como afirma Ellen Woortmann,

[...] privilegio as relações que interligam grupos domésticos ou, melhor dizendo, famílias, pois pouco me ocupo dessas unidades como produtoras ou consumidoras, e muito me ocupo no que diz respeito aos seus valores. Em outras palavras, busco compreender a reprodução camponesa, de geração a geração, através das relações de parentesco. (1995, p. 16).

Durante minha permanência na localidade de Venâncio, pude perceber o quanto as relações existentes entre parentesco e territorialidade estavam presentes no cotidiano daqueles moradores. Para os moradores, ser vizinho de seu irmão ou cunhado é um fato comum, que acarreta em vantagens, tais como a utilização do mesmo poço para a retirada de água, o uso comum do solo para plantio e criação de porcos e galinhas. A utilização comum dos espaços se mostra como o reflexo das relações parentais, que tornam esses laços mais íntimos e confiáveis.

Além dos casamentos entre primos, outro elemento perceptível é a elaboração de formas de pertencimento ao lugar, como quando relatam a origem histórica do vilarejo – que remonta ao estabelecimento do patriarca, um rico comerciante português, em meados do século XIX –, percebendo que suas representações simbólicas se manifestam nas relações parentais, uma vez que estas se mostram como esquema organizador no discurso e na prática desses moradores (GODÓI *apud* WOORTMANN, 1994: 247).

Proponho que a história-mito pode ser exposta em dois níveis de interpretação: [i] quando em referência à chegada do patriarca Vitorino Ferreira da Costa Veras, no momento de fundação do vilarejo, organizando espaço e criando ordem, formando o *mundus* do Venâncio, de uma sociedade que se formou do vazio que eram aquelas terras – em que, com a criação desse *mundus*, também se tem o parentesco como elemento de organização social (WOORTMANN, 1995) e [ii] quando a construção de uma identidade do povoado do Venâncio, induzida por uma matriz de origem comum, o que simbolicamente o representa como um grupo unificado (que delibera em função de um objeto único, o bem-estar de todos os herdeiros), e revelam divergências operacionalizadas a um nível político-econômico.

Ao se valer de um ancestral comum, Vitorino Ferreira da Costa Veras, um comerciante português abastado, fundador e considerado como “pai” de todos do vilarejo, percebe-se no discurso dos moradores uma identidade unificada, “aqui, somos todos da mesma família”, reiteram os moradores.

As expressões “aqui, somos todos da mesma família” ou “somos todos do mesmo sangue” reificam o ‘mito de origem’, enraizando-os em sua própria autossuficiência e consolidando-os em um vilarejo autônomo. Tais expressões também podem ser sugestivas de metáforas exemplificadoras de diferenciações culturais reveladas no grupo.

Sendo a terra percebida como elemento central do núcleo camponês, para assegurar seus direitos, os camponeses “elaboram” formas de pertencer e maneiras de perpetuar seu domínio sobre ela. É importante perceber que todo o sistema que perpassa a lógica camponesa no tocante à herança opera uma distinção necessária para a própria existência do grupo. Isto, porque, se todas as terras fossem distribuídas por todas as famílias, as terras de produção, assim diminuídas, seriam insuficientes para a reprodução dos distintos grupos familiares. Ademais, tal distinção entre os habitantes do Venâncio, *herdeiros* e *não herdeiros* mostra-se necessária para a própria percepção do povoado frente às demais localidades, constituindo um importante fator de identidade.

O cotidiano dos habitantes de Venâncio é semelhante a qualquer outra localidade que tenha o comércio e a agricultura como atividades básicas. Da mesma forma que essas mesmas localidades de comerciantes e agricultores, os moradores de Venâncio possuem um apego à terra que se mostra bastante significativo no âmbito da análise antropológica. Isso se deve ao fato dos casamentos entre pessoas da localidade serem, na maioria dos casos, entre membros da mesma família e a terra, por sua vez, pertencer a todos estes, agregando, assim, um valor que se molda diante das relações parentais. Assim, quando eu perguntava aos moradores que saíam de Venâncio em busca de trabalho o porquê de eles terem voltado, a resposta era sempre a mesma:

Entrevistado M: Aqui é meu lugar, minha terra. Vou sair para trabalhar fora, juntar dinheiro e voltar para reformar minha casa, comprar uma moto. Mas não quero ficar longe daqui, porque se eu não cuidar, quem cuida? *Nos* daqui do Venâncio não tem outra coisa a não ser a terra deixada pelos nossos parentes, temos que tomar de conta dela.

Os casamentos endogâmicos na localidade de Venâncio se apresentam, desse modo, como uma estratégia para a manutenção e assecuração do patrimônio representado pela terra. Sem a terra assegurada pelo direito da herança, que provê alimento, trabalho, identidade e reprodução, o povoado poderia assistir à própria decadência, perdendo, assim, seus valores, costumes, antepassados e mitos.

2.2 FORMAÇÃO E DISTINÇÃO ENTRE *HERDEIROS* E *NÃO HERDEIROS*.

Como já foi dito no capítulo anterior, o pertencimento ao vilarejo é designado pelo uso, morada e trabalho na terra e a descendência a um fundador comum. Tal fundador é rememorado como o dono da terra e esses casamentos entre pessoas da mesma família atuam como principal forma de manter a herança dentro do grupo familiar.

A distribuição dos recursos provenientes dos arrendamentos de dois terrenos de carnaubais das famílias serve como elemento de distinção entre os *herdeiros* e os *não herdeiros*. Partindo da distribuição da renda desses carnaubais, observei um padrão distributivo não igualitário entre os moradores do vilarejo, o que se mostrou uma forma bastante clara de perceber os privilégios de uns perante outros da mesma família.

Os carnaubais localizados nos limites de Venâncio e Capiacú fazem parte de três datas³¹ de terras adquiridas por Alexandre Ferreira Veras no final do século XIX. Segundo certidões de transmissões das terras³², Alexandre Veras comprou três datas de terras. A primeira consta de 1879 e possui como características trezentas braças de terras de comprimento para o poente e trezentas braças com a largura e fundos de Norte a Sul, custando, à época, o valor de 150 mil reis; a segunda data de 1881, com características de sessenta braças de terra e custando sessenta mil reis; a terceira data de 1897, medindo quarenta braças de terra e custando 45 mil reis (VER ANEXOS 2 E 3).

No entanto, mesmo esse modelo sendo seguido por parte dos habitantes do Venâncio, a sua realização não assegura direitos tais como ser reconhecido como representante do vilarejo, bem como não dá liberdade a delimitar e construir um chão de morada ou de trabalho sem pedir permissão. Para obter tal titulação ou autonomia, o morador deve ainda se enquadrar em uma das designações identificadas por mim como *herdeiro* ou *não herdeiro*.

Por *herdeiros*, entendo aqueles descendentes de Vitorina Rosalina Veras e de Henrique Ferreira Veras: são seus filhos, netos e bisnetos que detém a autonomia e a responsabilidade pelo vilarejo. São também os líderes comunitários, os que possuem os

³¹ Designação antiga de área, geralmente retangular empregada a braça como unidade de medida. Ver site, <http://www.portalgeo.com.br/index.php?id=267>, consultado em 02/12/2014.

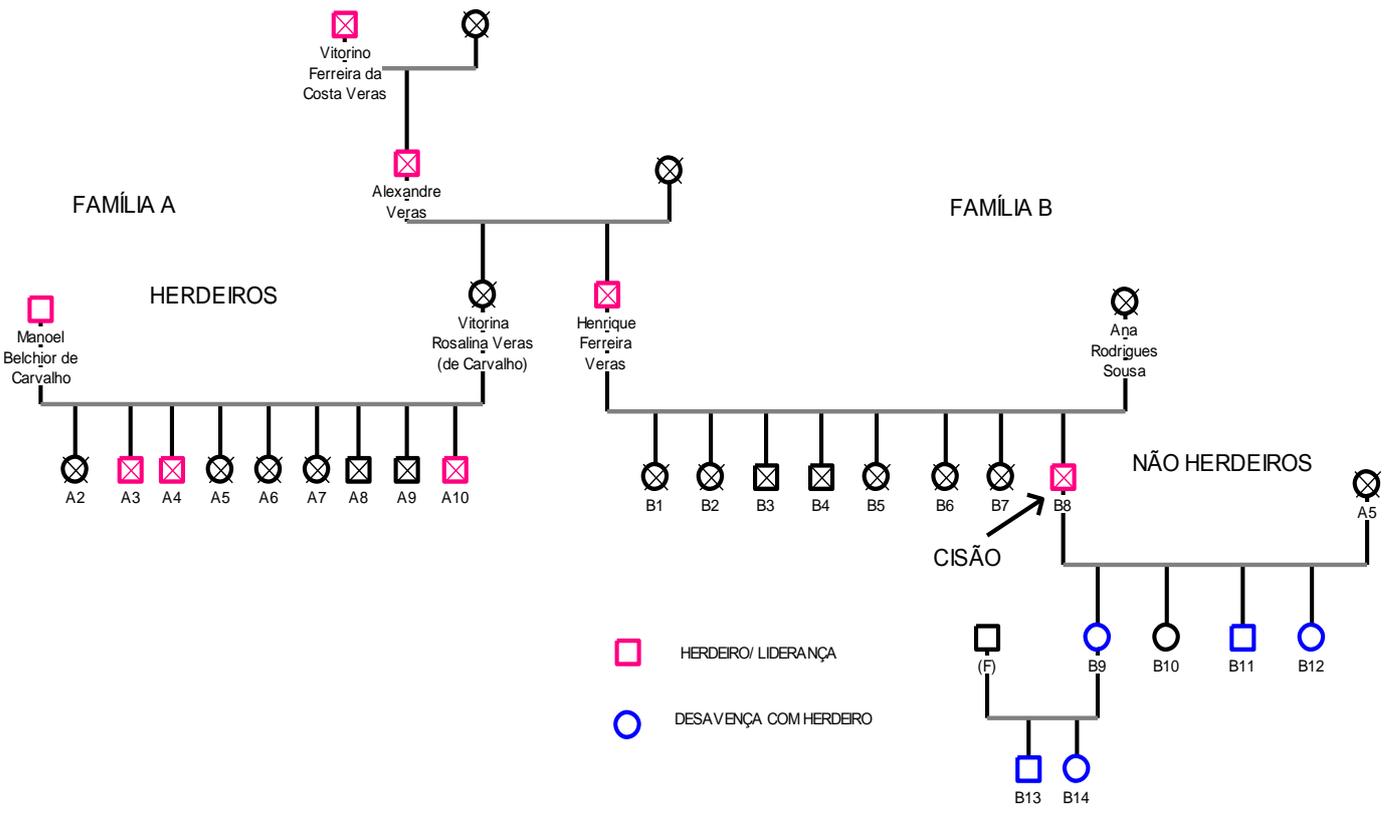
³² As certidões de transmissão da terra constam, originalmente, em três certificados manuscritos, datando no final do século XIX. Foram necessárias transcrições dessas certidões de transmissão visando à legibilidade desses documentos, realizadas em 2009 no cartório de Camocim, CE, ver anexo 4.

documentos de propriedade da localidade, os que representam o núcleo perante o município e os que detêm maior influência política ou econômica dentro do vilarejo. Essas famílias atuam, ainda, como reguladoras do espaço compartilhado no vilarejo: indicam onde novas casas podem ser levantadas, permitem acesso à igreja local dada situações extraordinárias e ditam, inclusive, o tempo de luto que deverá ser cumprido pelas famílias.

Em contraste aos *herdeiros*, há a outra parte do vilarejo, cujos habitantes são aqui denominados como *não herdeiros*. Estes também são os descendentes diretos dos irmãos Henrique Ferreira Veras e Vitorina Rosalina Veras, mas que por alguma razão no passado, não se situam numa posição de autonomia dentro do vilarejo. Eles estão em desvantagem econômica, geralmente são as famílias de menores posses e poucos dos *não herdeiros* possuem algum emprego formal ou estabilidade financeira.

Proponho que a relação entre *herdeiros e não herdeiros* funda-se em oposição ou partindo do contato de um com o outro, constituindo uma *identidade contrastiva*, por meio da proposição de Roberto Cardoso de Oliveira (1976). Esta parece se constituir na afirmação do ‘nós’ perante o ‘outro’, e, é, nas palavras do autor: “uma identidade que surge por oposição. Ela não se afirma isoladamente” (1976, p.120).

FIGURA 9: Genealogia da Cisão da família.



Percebi que os *não herdeiros* foram excluídos dos direitos de descendência, na terceira geração, aquela que corresponde ao bisneto do fundador Vitorino, momento em que houve uma cisão dessa coletividade familiar. Isso pode ser explicado ao observar o esquema genealógico do lugar: a partir do bisneto B8 (VER FIGURA 9) os filhos deste passaram a ser oposição dentro da localidade e desde então nenhum integrante da família B ocupa posição de liderança dentro do vilarejo.

Como disse o líder comunitário e *herdeiro* “eles são da família, só que não são muito próximos”, mesmo que a distância física entre um *herdeiro* e um *não herdeiro* seja de alguns metros. Os filhos de B8 representam, atualmente, o grupo de confronto dentro do vilarejo, sendo as desavenças percebidas de forma relacional (entre familiares), no plano econômico e político. Como dá a entender o Entrevistado J, *não herdeiro*:

O pessoal aqui morre, morre, se acaba o lugar, quer dizer que o lugar não se acaba, o pessoal se acabando, mas não tem reunião, não. O pessoal não quer,

são tudo desunido, desunido, desunido. Em todo lugar começa uma comunidadezinha já ligeiro vai pra frente, né? E aqui não.

A sistemática na distribuição da renda dos carnaubais atua como um potencial explicativo para entender as relações entre os *herdeiros e não herdeiros*. Como forma de elucidar as alianças entre essas duas conformações e seus significados para a estruturação social da localidade, contextualizarei a atividade de arrendamento de dois lotes de carnaubal pertencentes às famílias do vilarejo e como essa divisão é projetada, inclusive, na autopercepção do grupo. Assim esclarece a Entrevistada A, *herdeira*, esposa do Ego:

Os pais dele [ego] era tudo de condição, quem tinha uma lavoura dessa, tirava carnaúba do Venâncio, da ilha, tirava todo carnaubal e vendiam pó, faziam cera, faziam muito dinheiro, esse carnaubal ainda é nosso, esse daqui [do Capiacú] é dele e das irmãs dele [ego], o do Venâncio um ano é dos meus avós e que é nosso, outro ano é da avó do [ego], que é dele e das irmãs, outro ano um quarto é de um e outro quarto é de outro e são todas as famílias...O daqui é só dos irmão do Quelé, agora do Venâncio que é esbagaçado, um ano de Henrique Ferreira Veras é da mamãe, é dos irmão da mamãe, e no ano que vem? é da véa Vitorina que é Irma do véi Henrique, aí é do pai do [ego] e dos outros irmãos dele, aí tem no outro ano que metade é deste Mané Vitorino que me criou e um quarto é da véa Vitorina que é do dele [ego] também e um quarto do véi Henrique que uns tem parte também.

Compreendo a distribuição dessa forma: os rendimentos do carnaubal do sítio Capiacú são do Ego e das irmãs dele, e os carnaubais do Venâncio, um ano são dos avós da esposa do Ego, de Henrique Ferreira da Costa Veras, outro ano são da avó do Ego, Vitorina Rosalina Veras, o outro ano $\frac{1}{4}$ dos rendimentos é de Henrique Ferreira e o outro $\frac{1}{4}$ é de Vitorina Rosalina. Ou seja, toda a renda do arrendamento dos dois carnaubais transita entre a família do Ego (ele e suas irmãs), que hora recebem em nome de seu avô, hora recebem em nome de sua avó, e a família da esposa do Ego, que hora recebe pelo lado de sua avó, hora recebe em nome de Mané Vitorino, seu pai de criação.

Assim, como a entrevistada A relata, “agora os do Venâncio é tudo esbagaçado” se dá porque o que sobra para o restante dos outros primos (ou famílias) de

fato é fragmentado, uma vez que nem mesmo os não herdeiros compreendem e nem demonstram interesse em receber os lucros por ano de arrendamento.

Da maneira que ocorre na sede do município, ao passo que um determinado grupo se estabelece, se inicia um sistema de troca de favores nos âmbitos público e privado e o enobrecimento de grupos familiares locais. Logo, frente a essas diferenças vão surgindo disparidades entre os moradores do vilarejo e evidenciando, principalmente em momentos ritualizados, a exemplo de eleições, festejos locais e funerais, o favorecimento de um lado da família, que recebe empregos, acesso ao transporte, constante abastecimento de água, facilidade de empréstimos, etc. Como bem esclarece o Secretário de Turismo, Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Pesca de Barroquinha,

Tem a política que se confunde com o processo da história, em que a história evolui, esta migrou decorrência do processo econômico, então quem é da política que tá hoje tá empregado, quem não é tá fora. Segundo um professor meu de história, se quer entender a história, entenda a economia. (...) Então o Venâncio melhorou porque numa época ficou um grupo que umas pessoas conseguiram construir uma casa melhor, não decorrente de uma produção que ele fez, não, decorrente de um trabalho associativo que ele participou, não decorrente de um cooperativismo ou de educação escolar, e sim porque um grupo passou um tempo com salário da prefeitura e não tem aspiração de gastar e soube usar para construir uma casa. As pessoas aqui não tem aspiração de gastar, ainda não tem aspiração de consumo, que já tá se criando. Ai hoje esse grupo parou e o outro está evoluindo que está dentro do mesmo processo da economia e histórico da política e não do desenvolvimento social, desenvolvido dentro do grupo, porque não houve envolvimento nem pelas igrejas, nem pelas cabeças pensantes, nem pelo processo educacional. Então a tendência deles é concentrar renda e se distanciar do outro porque conseguiu algo mais. Isso a gente percebe visualmente. (Secretário de Turismo, Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Pesca de Barroquinha, em 13/04/2013)

As cisões internas no vilarejo do Venâncio ganham assim novo valor quando definidas em termos territoriais. Quando percebidas como cisões próprias ao Venâncio, *herdeiros e não herdeiros* figuram como dois grupos que defendem valores rivais e as disputas são localizadas no nível do vilarejo. Mas, quando se considera a estrutura política de Venâncio, Bitupitá e Barroquinha em conjunto, as alianças e cisões

se dão em acordo com a conformação política da região, ou seja, entre os “Cara Preta” e os “Fundo Mole”.

Essa análise se aproxima daquela abordada por Evans-Pritchard, em Os Nuer (1978), quando o autor exemplifica que os valores rivais dentro de um sistema territorial é *relacional*, de acordo com as relações políticas e sistema territorial entre os segmentos. Assim, os movimentos de fusão e fissão dos segmentos Nuer e Dinka e Nuer contra Dinka, respectivamente, conferem ao grupo político um caráter de identidade relacional. Sugere o autor que,

Os grupos políticos nuer sejam definidos, em função dos valores, pelas relações entre seus segmentos e por suas inter-relações enquanto segmentos de um sistema maior numa organização da sociedade em determinadas situações sociais, e não enquanto partes de uma espécie de moldura fixa dentro da qual vivem as pessoas. (EVANS-PRITCHARD, 1978, p. 161)

Dessa maneira, a relatividade dos valores grupais – ora *herdeiros e não herdeiros*, ora “Cara Preta” e “Fundo Mole” – devem ser levados em conta para a compreensão da organização social do grupo em estudo e apontam um novo e promissor caminho analítico para uma melhor compreensão das relações que ocorrem na localidade, em como para o acompanhamento das mudanças que ali estão ocorrendo.

3. A INSERÇÃO DO TURISMO E A INSTALAÇÃO DE USINAS EÓLICAS EM BARROQUINHA

3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O PLANO NACIONAL DE TURISMO E O ROTEIRO TURÍSTICO “ROTA DAS EMOÇÕES”.

A criação do Ministério do Turismo em 2003 e a decorrente instituição da Política Nacional de Turismo, por meio da promulgação da Lei do Turismo de 2008, proporcionou o surgimento do Plano Nacional de Turismo (PNT). Este se estabelece em forma de publicações trienais, 2003–2007; 2007–2010; 2013–2016, estabelecendo os rumos estratégicos para o desenvolvimento da atividade turística no Brasil.

Dentre as diretrizes do PNT triênio 2003–2007 (BRASIL, 2003), é ressaltada a intensificação de ações conjuntas entre agentes públicos e privados, nas quais priorizam as parcerias e a gestão descentralizada do turismo em todo o País. As propostas do PNT referente aos anos 2007–2010 (BRASIL, 2007), mantêm o foco das ações previstas na edição passada, levando também em conta a expansão do mercado interno e a concreta inserção do País no cenário turístico mundial (BRASIL, 2003, p.16). Alinhado a tais medidas, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) quando lançado incluiu o turismo como um importante vetor de desenvolvimento econômico e social. Por último, o PNT 2013–2016 (BRASIL, 2013) propõe incorporar todas as ações já implantadas nos planos anteriores aos megaeventos (Copa FIFA de Futebol em 2014 e Jogos Olímpicos em 2016, no Rio de Janeiro).

Baseado nesse modelo de expansão, é reformulado, como uma das linhas de ação proposta pelo Ministério do Turismo, o Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), o qual opera por meio de ações descentralizadas em todo o país, visando a criação e o financiamento de *destinos turísticos* tais como o roteiro turístico “Rota das Emoções”.

Uma vez que o PRODETUR Nacional se apresenta como um programa responsável pela captação de recursos visando financiamento de projetos de desenvolvimento turístico, possuindo como credor principal o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Corporação Andina de Fomento (CAF), o deferimento desses projetos segue as instruções de componentes³³, que dentre eles estão presentes a

³³ **(i) Estratégia de Produto Turístico:** como objeto principal que se relaciona com a motivação em viajar a um destino. São trabalhados os atrativos naturais e culturais, tangíveis e intangíveis que pautam a mobilização do turista a fim de atraí-lo a um espaço geográfico onde possa oferecer infraestrutura e equipamentos que assegurem a motivação e o consumo turístico. São também importantes, pois definem a caracterização de um destino, gerando maior rentabilidade, valorização dos equipamentos culturais, naturais, planejamento e recuperação dos atrativos turísticos.

(ii) Estratégia de Comercialização: concentram ações dedicadas a fortalecer a imagem do destino turístico, garantindo a eficiência e eficácia dos meios de comercialização escolhidos.

(iii) Fortalecimento Institucional: conta com ações voltadas a fortalecer a institucionalidade turística, atuando por meio de gestão e coordenação nos níveis administrativos federal, estadual e municipal e no setor privado.

(iv) Infraestrutura e Serviços Básicos: componente que integrará as ações necessárias para gerar acessibilidade ao destino e dentro dele (infraestrutura de acesso e transporte), proveniências básicas para permanência do turista em termo de água, saneamento, saúde, segurança, energia e telecomunicações.

(v) Gestão Ambiental: ações voltadas à proteção dos recursos naturais e culturais que constituem a base da atividade turística, prevenindo e minimizando os impactos ambientais e sociais que os investimentos turísticos possam gerar.

gestão ambiental, priorizando o desenvolvimento sustentável das localidades incluídas no projeto.

As ações, cujo desenvolvimento o PRODETUR NACIONAL pretendem promover e apoiar, incluem, portanto, atividades de fortalecimento da gestão local, municipal e estadual do turismo, planejamento do desenvolvimento turístico e dos usos dos recursos naturais, elaboração de estudos e execução de obras civis de engenharia. Esse elenco de ações, expressas em projetos e atividades a serem financiados no âmbito do Programa, merecem orientação quanto aos preceitos legais e requisitos técnicos a que devem atender, relativos às políticas e diretrizes do BID referentes a salvaguardas e controle de seus prováveis impactos sociais e ambientais, assim como à legislação ambiental brasileira. Para que esses projetos e atividades sejam elegíveis para financiamento com recursos do Programa, tais preceitos e requisitos técnicos devem ser observados em todas suas fases de implementação, a saber, de planejamento, execução e operação. (BRASIL, 2008,p.10)

O turismo passa então a ser proposto como instrumento de desenvolvimento social, capaz de gerar renda e envolvimento da população local com as atividades econômicas geradas, levando também em consideração a garantia de territórios e manifestações culturais próprias dessas localidades, como foi exposto pela lei lei nº 11.771, de 17 de Setembro de 2008, a qual expõe os seguintes objetivos: II - reduzir as disparidades sociais e econômicas de ordem regional, promovendo a inclusão social pelo crescimento da oferta de trabalho e melhor distribuição de renda; VII - criar e implantar empreendimentos destinados às atividades de expressão cultural, de animação turística, entretenimento e lazer e de outros atrativos com capacidade de retenção e prolongamento do tempo de permanência dos turistas nas localidades; VIII - propiciar a prática de turismo sustentável nas áreas naturais, promovendo a atividade como veículo de educação e interpretação ambiental e incentivando a adoção de condutas e práticas de mínimo impacto compatíveis com a conservação do meio ambiente natural; XVI - promover a integração do setor privado como agente complementar de financiamento em infraestrutura e serviços públicos necessários ao desenvolvimento turístico;

O turismo passa, assim, a ser percebido pelo Ministério do Turismo e pelos governos estaduais como um meio para o desenvolvimento social, uma vez que prevê investimento em infraestrutura (transporte, saneamento, equipamentos turísticos, etc.),

em projetos de proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural, em projetos de capacitação de mão de obra profissional e às localidades receptoras ações de fortalecimento das instituições administrativas dos estados e dos municípios³⁴.

3.2 “ROTA DAS EMOÇÕES” NO CEARÁ: EFEITOS SOBRE BARROQUINHA, –BITUPITÁ E -- VENÂNCIO.

Dentro dessas políticas, o roteiro *Rota das Emoções* é lançado em 2007 (A respeito vide Rodrigues e Santos, 2012, p.2), quando da assinatura de um convênio pelos estados do Ceará, Piauí e Maranhão, com apoio do Ministério do Turismo (MTur). É financiado por meio de recursos da Cooperação Andina de Fomento (CAF) e Banco Interamericano de desenvolvimento (BID), em conjunto com Banco do Nordeste (BNB) e apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Secretarias de Turismo dos estados envolvidos, visando a implementação de um roteiro turístico que inclui municípios dos três estados citados, considerados de grande potencial turístico.

O turismo tem sido adotado por muitos países do hemisfério sul como estratégia de desenvolvimento, via orientação das agências internacionais como Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Corporação Andina de Fomento (CAF). Estudos antropológicos na área do turismo indicam que o mesmo se comporta como:

uma indústria que se estende por todas as regiões do mundo, com uma intensidade ímpar 'que define de desenvolvimento econômico e formas de reprodução sociocultural' (Marín 2010:1). Como destacam ainda López y Marín (2010), a partir das ponderações de Urry e Meetham, o turismo tem como característica particular a transformação de lugares em mercadorias, de forma que a produção do espaço turístico é essencial. Assim, por suas características específicas, ele necessita de vastas extensões de terra para se desenvolver, normalmente localizadas em regiões cujas belezas naturais lhes confere elevado potencial turístico, o que, no mais das vezes, gera forte especulação imobiliária, além de conflitos fundiários em áreas habitadas por populações ali radicadas (RODRIGUES; SANTOS, 2012,p.69)

³⁴ www.bnb.gov.br/prodetur/

O convênio, inicialmente denominado “CEPIMA”, e, atualmente conhecido como “*Rota das Emoções: Jeri – Delta – Lençóis*” prevê a interligação dos municípios de Jijoca de Jericoacoara, Camocim, Chaval, Cruz e Barroquinha, no Ceará; as cidades de Ilha Grande, Parnaíba, Luis Correa e Cajueiro da Praia, no Piauí; e as cidades de Barreirinhas, Paulino Neves, Tutóia, Santo Amaro e Araíoses, no Maranhão³⁵, em acordo com a proposta de regionalização do turismo do Mtur e os objetivos expressos na lei nº 11.771, de 17 de Setembro de 2008, de promover a consolidação do turismo como um importante fator de desenvolvimento sustentável, geração e distribuição de renda e manutenção do patrimônio natural, cultural e turístico brasileiro.



FIGURA: 10 .FONTE: Projeto Rota das Emoções e seus novos desafios. (SEBRAE, 2012)

A interligação do roteiro turístico ocorre por meio de carros de passeio 4x4, barcos e jangadas que interligam os destinos turísticos ao longo dos três estados. As cidades integrantes do roteiro atuam concomitantemente com agências de turismo, com as cadeias de hotéis e pousadas, agências do SEBRAE atuando como uma das grandes parceiras na capacitação (cursos de hotelaria, inglês, cozinha, recepção) daqueles que irão trabalhar com o turismo.

Os turistas que seguem por via terrestre, e que partem de Fortaleza³⁶, contam com a Via Estruturante CE-085/ BR-402, ou Rota do Sol Poente, como também é conhecida. Recentemente essa via vem passando por duplicação e reconstrução do

³⁵ Projeto Rota das Emoções e seus novos desafios. Relatório de 2012 - SEBRAE

³⁶ Detenho-me às cidades do estado do Ceará por ter conhecimentos qualitativos e quantitativos, provenientes de pesquisas in loco, unicamente referente às cidades deste estado. O acesso aos demais estados se dá também por via terrestre e aérea, mas por fugir do lócus de pesquisa por ora investigado, estes não serão abordados nesta pesquisa.

asfalto, facilitando o acesso às principais cidades e praias de litoral oeste, ao Porto do Pecém, às usinas eólicas e à geradora energética Wobben Windpower Enercon Brasil. Fruto dos investimentos voltados à infraestrutura, a região Oeste ainda conta com o Aeroporto Internacional de Jericoacoara, alocado em Cruz, e que atualmente se encontra desativado.

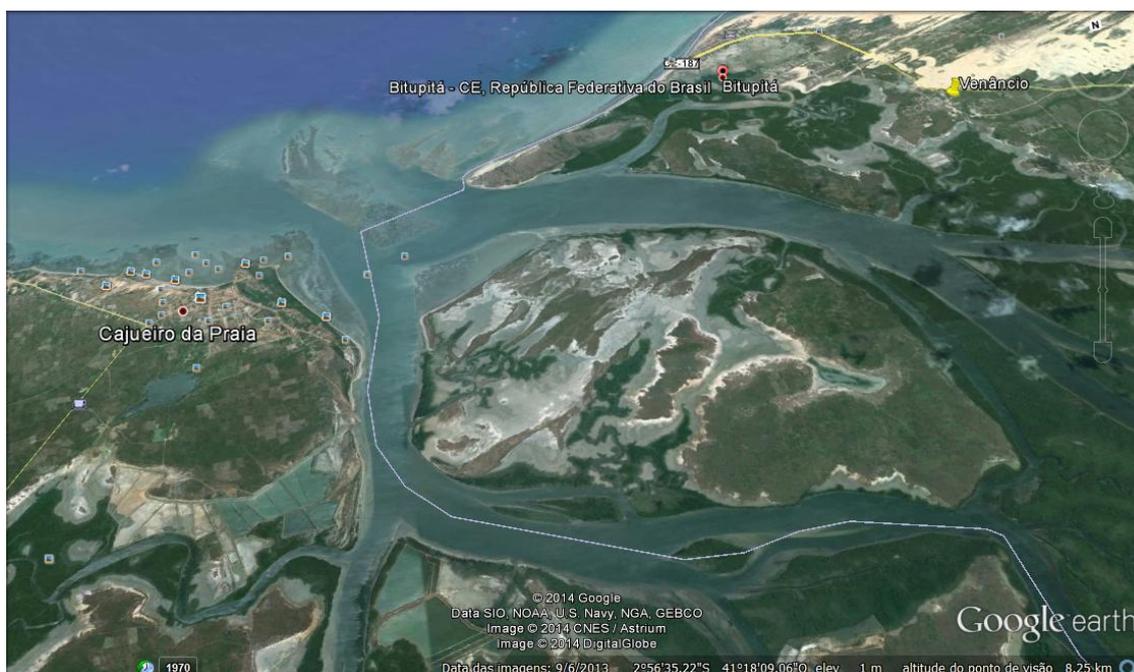


Figura 11: APA do Delta do Parnaíba (limite entre Ceará e Piauí)

O vilarejo do Venâncio, mesmo pertencendo à comarca de Barroquinha, está alocado em um “corredor turístico” interestadual, estabelecido entre os estados do Ceará e Piauí, onde, além de dividir fronteiras com o polo turístico de Jericoacoara, também está circunscrita a uma “macro-região indutora de turismo”, eixo que corresponde aos municípios da região extremo-oeste do litoral cearense: Jijoca de Jericoacoara, Camocim, Barroquinha, Chaval e Granja³⁷.

Diferentemente dos pontos de elevado fluxo turístico que o circundam, a exemplo de Jericoacoara e Parnaíba, o vilarejo do Venâncio se encontra no estágio inicial dessas transformações, seja em relação ao incentivo do turismo, seja em decorrência da expansão dos parques eólicos. Os períodos que mais movimentam o município, e, sobretudo a praia de Bitupitá, local onde prevalecem as festas, são o

³⁷ Ver Rodrigues e Santos (2012).

carnaval e os festejos de Nossa Senhora dos Navegantes, padroeira do município, e a festa da “santa” local, a Santa Adelaide³⁸.

Os habitantes em geral, tanto do Venâncio quanto da praia de Bitupitá, ainda não vislumbram de que maneira o turismo pode trazer benefícios para o vilarejo, possivelmente por não terem uma experiência concreta dos tipos de serviços que envolvem a atividade turística. Aqueles que lidam com serviços turísticos atualmente são os proprietários locais de bares, restaurantes e pousadas, estabelecimentos simples, alocados na orla da praia.

Com a facilidade de fluxos, incrementada com a pavimentação das vias de acesso internas do município, a tendência é a expansão do turismo na região, e em Venâncio, conseqüentemente, uma vez que o vilarejo se localiza a 180 km de Jericoacoara e a 89 km de Parnaíba, sendo, igualmente, rota obrigatória para o ponto mais visado do município, a praia de Bitupitá, esta conhecida regionalmente por suas belezas cênicas e por uma grande riqueza natural proporcionada pelas dunas, manguezais e pela biodiversidade do estuário do rio Timonha e Ubatuba, rios incluídos na Área de Proteção Ambiental (APA) do Delta do Parnaíba.

É importante salientar que o vilarejo do Venâncio ainda se encontra no estágio inicial dessas transformações, seja em decorrência da expansão dos parques eólicos, seja em relação ao incentivo do turismo. Em viagem realizada recentemente para acompanhar festejos da “santa” local³⁹, pude observar que a principal estrada, que liga a sede do município às demais localidades no interior estava sendo asfaltada⁴⁰, o que indica o aumento futuro do fluxo entre esta microrregião e municípios de forte expressão turística, como Jijoca de Jericoacoara e Camocim, além daqueles pertencentes aos demais estados vizinhos. Com a facilidade de fluxos, a tendência é a expansão do turismo na região, uma vez que o vilarejo se localiza a 5 km da praia de Bitupitá, e é rota obrigatória para o ponto mais visado do município, a praia de Bitupitá. Essa praia é conhecida regionalmente por sua beleza cênica e por uma grande riqueza natural proporcionada pelas dunas, manguezais e pela biodiversidade do estuário do rio

³⁸ Um dos principais eventos da localidade, de ocorrência anual, época de maior afluxo de turistas da região, perdendo em número somente para o carnaval, os Festejos de Santa Adelaide ocorreram nos dias 29 e 30 de Agosto de 2014. Para mais informações ver filme “Das Almas”, produzido por Tiago Tambelli.

³⁹ Os Festejos de Santa Adelaide ocorreu nos dias 29 e 30 de Agosto de 2014. Para mais informações ver filme “Das Almas”, dirigido por Tiago Tambelli.

⁴⁰ Antes do asfalto, era estrada carroçal, o que dificultava o acesso às localidades mais remotas, como a praia de Bitupitá.

Timonha e Ubatuba, rios incluídos na Área de Proteção Ambiental (APA) do Delta do Parnaíba.

Em conversa com Secretário de Turismo, Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Pesca de Barroquinha, soube que o município já possui um ecossistema degradado em razão das intervenções de diferentes naturezas realizadas em municípios vizinhos.

Temos essas duas dunas (do Venâncio), as nascentes, e o escoamento das dunas ocorreram por um desequilíbrio, que vem acontecendo desde Camocim. A foz do rio Coreaú, toda a erosão do rio cai no mar, mar leva, joga a uma distância. todo processo de desequilíbrio é jogado no mar. Tudo decorrente do processo de erosão, de desmatamento. Essa areia fina ela é uma areia que foi jogada no mar, torna-se uma areia de alta erosividade (fácil condução na água) e erodibilidade (fácil desagregação), ai mar jogou de volta, fez uns montes e retornou para Barroquinha. (Entrevista em 13/04/2013)

Como bem salienta Rodrigues (2011), propor a atuação conjunta de esferas reconhecidamente hierarquizadas como as do âmbito governamental, privado e segmentos de populações de pequena escala, ainda não inseridas na lógica de mercado dos grandes centros, traz consigo inadequações perceptíveis já no plano da legislação. Considera a autora que,

Este, portanto, parece ser um grande óbice para que a Política Nacional de Turismo atenda integralmente aos seus objetivos. Afinal, como esperar que chefes de governos locais e empresários do setor turístico ajam em conformidade com as diretrizes da política no que se refere ao respeito às populações tradicionais e ao meio natural? Ainda mais quando se trata de pequenas localidades e regiões tradicionalmente marcadas por relações próximas, quando não sobrepostas, entre a esfera política e a econômica, como é o caso da região Nordeste? (RODRIGUES, 2011, P. 66)

Delineando um diálogo com os estudos realizados por Ellen Woortmann (1991) no litoral do Rio Grande do Norte, pode-se verificar que a introdução da atividade turística em localidades de pequena escala resignificou o papel dos atores

sociais nativos, principalmente o da mulher no seio da comunidade⁴¹ pesqueira, ao ponto de sua atuação sair de um status complementar para uma situação de completa dependência em relação ao seu parceiro e ao grupo no qual está inserida.

Woortmann esclarece que no tempo das “terras soltas”, a mulher desempenhava atividades que marcavam seu papel dentro do grupo social e que possibilitava sua autonomia mesmo num contexto em que o mar, ambiente eminentemente masculino, surgia. Embora estivesse inserida em espaços hierarquizados, a exemplo da família e da comunidade à qual pertencia, ela era a grande articuladora dos espaços, ao transitar pelo universo dos pescadores, limpando e salgando o pescado, e do roçado, provendo os insumos complementares à dieta familiar, agregando espaços distintos num todo articulado. Como afirma a autora, terra e mar correspondiam, assim, aos espaços masculino e feminino, ao trabalho e ao lazer, respectivamente, que se invertiam ao perpassar de um gênero a outro. Com a chegada do arame, tempo que demarca a propriedade privada, a temporalidade da comunidade muda e com isso a dinâmica de quem lá vive. O homem substitui a pesca de rede pela de motor, e passa a ser empregado dos donos de barcos motorizados, a mulher, por sua vez, vem perdendo espaço pela substituição de seu saber e de suas práticas, passando a ser desrespeitada e desmoralizada frente ao grupo e à comunidade.

Afastando momentaneamente as inferências a respeito das discussões de gênero, a autora faz perceber que o papel da unidade familiar é reconfigurado em razão da inserção de fatores exógenos na localidade. Em especial, Woortmann expõe a posição da mulher dentro do grupo doméstico, que sai de uma condição que se poderia chamar de “complementaridade equilibrada”, para uma “dependência subordinada”, ou a subversão do espaço/ambiente feminino (e masculino, em menor escala) por meio de tensões sociais externas ao universo das comunidades locais (WOORTMANN, 1991, p.30).

Levando em consideração os crescentes investimentos por parte de órgãos públicos e da iniciativa privada nas atividades turísticas no estado do Ceará, sobretudo nas regiões litorâneas⁴² e tomando por base os dados levantados desde o lançamento do

⁴¹ Termo utilizado no contexto da pesquisa apresentada por E. Woortmann e que será mantido a fim de manter uma correlação textual.

⁴² No PRODETUR I 78,2% dos recursos do Programa foram voltados para obras de infra-estrutura, com destaque para o projeto do Aeroporto de Fortaleza, com 47,7%, saneamento básico com 15,7% do valor dos investimentos e 3% para o meio ambiente. A importância do turismo na economia do Estado do Ceará tem aumentado nos últimos anos, já contribuindo com 7,2% do PIB em 2001. (Fonte: UEE - PRODETUR/CE)

roteiro turístico, em 2007, torna-se importante acompanhar o desenvolvimento desta política pública e a maneira de como esta será implementada, efetivada e percebida pela população local.

3.3 A EXPANSÃO DAS USINAS EÓLICAS NAS DUNAS DO VENÂNCIO.

Nas últimas décadas, o estado do Ceará, e o Nordeste em geral, vêm redirecionando o modelo de desenvolvimentismo socioeconômico, presumindo a valorização e a remodelação dos litorais e seus atrativos para o turismo e para a produção de energia por meio do uso de usinas eólicas. Tais mudanças, em particular as ocorridas na costa ocidental do Ceará, vêm em crescente progresso desde 2004, com a instituição do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA).

Instalados na zona costeira, sobre os campos de dunas fixas e móveis, estes parques eólicos estão em operação em onze municípios cearenses, que vão do litoral leste ao oeste do estado. No ano de 2003, o estado do Ceará alcançou uma marca de produção energética que representava, na época, 68% do parque eólico nacional⁴³. Atualmente, o Estado conta com 22 parques eólicos em operação, sendo o responsável pela maior produção dessa fonte energética do país⁴⁴.

Do Leste do litoral cearense à Oeste temos: Icapuí, Aracati/Beberibe, Aquiraz, Fortaleza, Taíba, Paracuru, Trairi/Paraipaba, Itarema, Acaraú, Camocim, Chaval/Barroquinha.

https://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/docs/ce_2_3_impactos_polo_investimento_em_saneamento_090708.pdf). As ações do PRODETUR NE II, no polo Costa do Sol, território correspondente ao Litoral Oeste do Estado do Ceará demandam ações interestaduais, como é o caso do projeto rota das emoções, que envolve ações conjuntas entre os estados do Ceará, Piauí e Maranhão. Já foram concluídas as seguintes ações: elaboração da Base Cartográfica do Polo Costa do Sol, ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Jericoacoara, implementação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Jericoacoara e elaboração dos Planos Diretores Municipais de Amontada, Barroquinha, Cruz, Paracuru, Paraipaba, Trairi, Viçosa do Ceará e Jijoca de Jericoacoara. As ações que estão em execução são as capacitações profissionais e empresariais do Polo Costa do Sol para o Turismo. (Fonte: http://www.bnb.com.br/content/aplicacao/PRODETUR/Prodetur_ne2/gerados/situacao_atual.asp). Para mais informações, vide Rodrigues e Santos (2012).

⁴³ Dados Aneel, [http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/atlas/pdf/06-energia_eolica\(3\).pdf](http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/atlas/pdf/06-energia_eolica(3).pdf)

⁴⁴ <http://www.adece.ce.gov.br/index.php/sala-de-imprensa/noticias/44081-ceara-registrou-crescimento-de-54-na-geracao-de-energia-eletrica>.

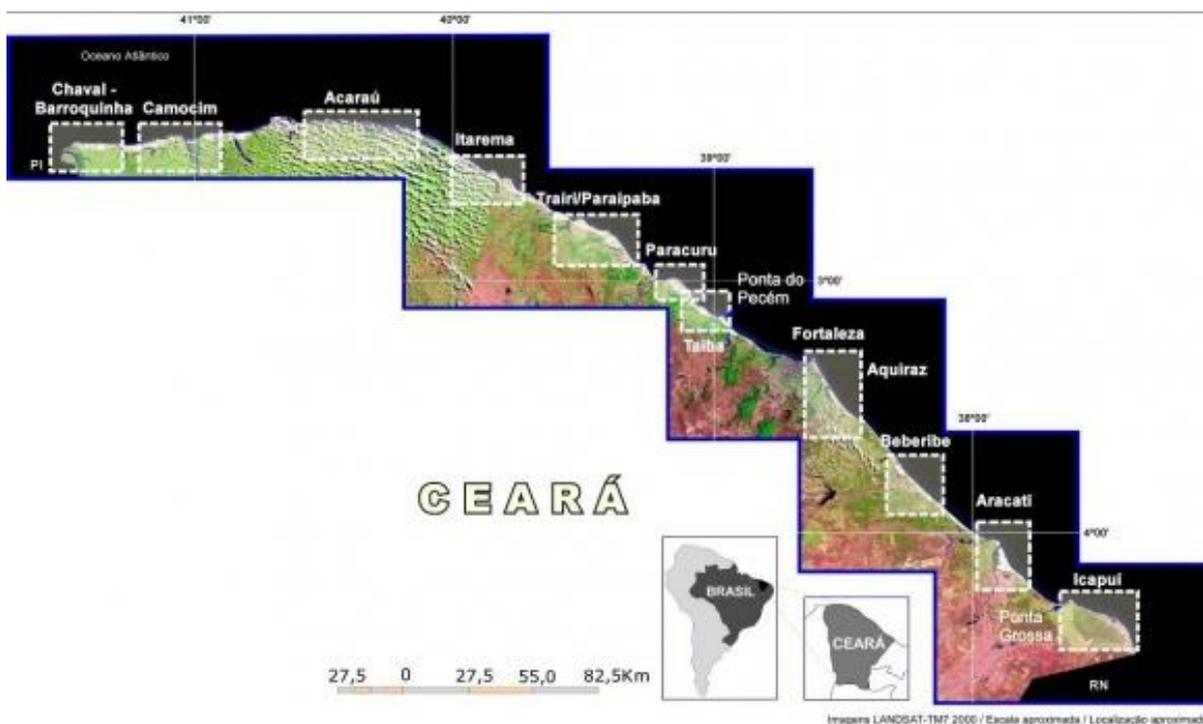


Figura 12: Disponibilidade territorial para a instalação de usinas eólicas. Fonte: Meireles (2011)

No tocante aos avanços das usinas eólicas, os estudos de Meireles (2011); Sampaio e Silva (2013) servem de modelo empírico para explicitar a inserção dos parques eólicos no Ceará. Estes estão em operação em onze municípios cearenses, que vão do litoral leste ao oeste⁴⁵ do estado. No ano de 2003, o estado do Ceará alcançou uma marca de produção energética que representava, na época, 68% do parque eólico nacional⁴⁶. Atualmente, o estado conta com 22 parques eólicos em operação, sendo o responsável pela maior produção dessa fonte energética do país⁴⁷. Os mesmos indicam que, haja vista o processo de geração de energia eólica ser reconhecido como uma energia limpa, ela igualmente se caracteriza por ser invasora e por ocasionar danos ambientais nas Áreas de Preservação Permanente (APP's), e, sobretudo, danos sociais nos lugarejos em que são instaladas, reconhecidas historicamente por utilizarem os ambientes costeiros.

Haja vista que o processo de geração de energia eólica é reconhecido como uma energia limpa, esta igualmente se caracteriza por ser invasora e por ocasionar danos

⁴⁵ Do Leste do litoral cearense à Oeste temos: Icapuí, Aracati, Beberibe, Aquiraz, Fortaleza, Taíba, Paracuru, Trairi, Paraipaba, Itarema, Acaraú, Camocim, Chaval e Barroquinha.

⁴⁶ Dados Aneel, [http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/atlas/pdf/06-energia_eolica\(3\).pdf](http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/atlas/pdf/06-energia_eolica(3).pdf)

⁴⁷ <http://www.adece.ce.gov.br/index.php/sala-de-imprensa/noticias/44081-ceara-registrou-crescimento-de-54-na-geracao-de-energia-eletrica>.

ambientais nas Áreas de Preservação Permanente (APP's), e, sobretudo, danos sociais nos lugarejos em que são instaladas, reconhecidas historicamente por utilizarem os ambientes costeiros.

Estudos recentes, (MEIRELLES, 2011; SAMPAIO; SILVA, 2013) que privilegiam áreas onde se instalam as usinas eólicas, evidenciam contradições que interferem diretamente na vida dos habitantes, tanto no que diz respeito às relações de trabalho, quanto às relações de poder. Se antes as populações eram detentoras da própria rotina cotidiana, com os ciclos de acordo com o tempo estabelecido pelo cotidiano do vilarejo, com a chegada desses empreendimentos, tais rotinas tendem a modificar a lógica local, principalmente no Ceará, em que não se leva em conta um conjunto de princípios socioambientais, principalmente aqueles associados aos da precaução, prevenção, justiça e equidade para a garantia dos territórios dos povos e comunidades tradicionais.

Como bem ilustram Sampaio e Silva (2013), sobre a expansão da energia eólica na planície costeira do Ceará, mesmo havendo estudos que tragam alternativas de instalação que acarretem menores impactos, as empresas, guiadas pela relação custo e benefício, são levadas a instalarem seus parques em campos de dunas fixas ou móveis, onde há incidência de núcleo populacional ou de áreas que geralmente são de preservação ambiental (2013, p.12).

A localidade se destaca no município por ser área de interesse de especulação imobiliária para fins de construção de usinas eólicas. Nos últimos anos, relatos dos moradores confirmam o intenso interesse de grupos internacionais em adquirir terrenos na orla ou em distritos mais à terra para construção de usinas eólicas.

A região é tão procurada para esses fins, que no ano de 2010 houve uma reunião com a Prefeitura de Barroquinha, Instituto Chico Mendes, IBAMA e população civil, a pedido de uma corporação italiana, a fim de deliberarem sobre a instalação de um parque eólico no Pontal das Almas. Tal proposta foi negada em razão de sua inviabilização, uma vez que esta se encontra em Área de Proteção Ambiental (APA). No entanto, existem relatos confirmados por moradores da região, de que no vilarejo da Baixa Grande, também distrito de Barroquinha, houve a venda de lotes de terra para um grupo italiano que pretende iniciar as construções de parques eólicos na região. Como consta no depoimento da coordenadora do ICMbio de Parnaíba,

Na questão de Barroquinha a gente tem uma preocupação muito grande com relação aos impactos que podem ser ocasionados com instalação de eólicas que hoje é o grande mercado que tá pra região aqui é implantação desses projetos. Nós temos uma preocupação muito grande com o conflito de uso. O turismo, principalmente o que faz parte do Rota [das emoções], que é o turista que esta sendo trabalhado pelo Rota e a questão de implantação desses projetos. A gente tem uma preocupação muito grande com relação geograficamente com conflito de uso, porque você pode inviabilizar em determinadas áreas de beleza cênica de grande importância, fragilidade ambiental, a implantação desses projetos você pode acabar dificultando possíveis projetos interessantes da área do turismo, como turismo mais sustentável, com pousadas e até hotéis que tenham interesse ou proposta mais diferenciada, que podem não ter algo pra região por conta dessas eólicas, isso a gente tem relatos de alguns empresários em relação a esse interesse, e eu tenho uma preocupação muito grande porque eólicas não te dá emprego, só dá no início na geração da contratação depois você só tem emprego de vigilância, máximo que você consegue, e aí que você vai estar inviabilizando grandes áreas, numa área de interesse turístico, com atrativos turísticos, inclusive com beleza cênica, paisagens conservadas, sendo utilizados para implantação simplesmente de grandes áreas de eólicas, sendo que eólicas poderiam ser construídas mais ao fundo e não próximo a área de praia ou área de estuário, como é pensado pelas empresas. A gente tá com uma preocupação no início de um projeto perto de Bitupitá, que é no pontal das almas, uma das áreas mais lindas do Delta do Parnaíba e a gente conseguiu barrar aquele projeto. (Entrevista com coordenadora do ICMBio de Parnaíba em 08/03/2013)

No ano de 2013, a prefeitura de Barroquinha, a pedido de solicitação realizada pelo Ministério Público do Estado do Ceará, revogou um termo de anuência referente à implantação da Central Geradora Eólica Bitupitá I, que já se encontrava em processo de licenciamento. O Ministério Público do Estado do Ceará, o município e a população local vêm em constantes assembleias deliberativas visando o veto dessas construções, que, em sua maioria, possuem seu alvará de funcionamento por meio do órgão estadual de meio ambiente, a SEMACE. Na última dessas reuniões⁴⁸, ocorrida em maio de 2014, foi discutida a instalação do Complexo Eólico Barroquinha, nos campos de dunas fixas e móveis que compreendem as áreas de Venâncio e a área de lagos

⁴⁸ <http://www.semace.ce.gov.br/2014/05/projetos-em-licenciamento-na-semace-sao-apresentados-a-populacao-de-barroquinha-e-trairi/>

interdunares que compõem ecossistema nativo, projeto este que se encontra vetado até o presente momento.

Esta área está passando por processo de construção de eólicas, projeto de usina está na fase de licenciamento e operação mas eu estive com o biólogo da empresa e a APA não vai permitir, porque está em área de duna. Esse terreno está sendo construído, que tem parte que pertence a APA, serão sete torres que eles têm licença prévia da SEMACE, já querem construir esse ano e concluir em 2015. Houve especulação grande nessa área, em toda região do mangue, teria que construir uma estrada dentro do mangue para levar equipamento das eólicas no pontal. Na baixa grande esta sendo construído, e tem um terreno que pertence a APA. Eles possuem licença previa da SEMACE. À esquerda do Venâncio não haverá construção porque está embargado, mas de todo modo está colocando em risco todo ecossistema. (Entrevista com Secretário de Meio Ambiente, pesca e Agricultura de Barroquinha, e, 13/04/2014)

Como faz observar Little (2002), ao discorrer sobre territórios sociais e a construção das territorialidades⁴⁹ de povos tradicionais, a disputa sobre esses territórios se configura em diferentes níveis de poder: por um lado se encontra o Estado, detentor de um controle exclusivo sobre instâncias militares e de policiamento, e, por outro, os diversos povos tradicionais, que se encontram à margem política, econômica e à margem do próprio Estado há décadas, além de politicamente desarticulados entre si (LITTLE, 2002, p.21).

Ademais, uma vez que as famílias do Venâncio já possuem uma configuração social segmentada, que encontra suporte para tais distinções nas relações entre *herdeiros e não herdeiros*, a concretização desses projetos pode intensificar as disputas entre as famílias ao levar em conta: i) o status dos *não herdeiros* como apossados e ii) a divergência entre lideranças locais como demonstrado no caso de Tatajuba (SANTOS, 2010).

O que está em jogo, portanto, é se o Estado (atuando por meio das políticas públicas) dará margem a essas populações e às suas práticas culturais, políticas, sociais e territoriais, levando em consideração os divergentes interesses dentre a complexa rede de atores sociais existentes na área de projetos de grandes efeitos.

⁴⁹ O autor define territorialidade como “[...]o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” ou *homeland*.” (LITTLE, 2002, p.3)

À guisa de conclusão

No decorrer desta escrita monográfica apresentei como se estabelecem e se relacionam os habitantes do povoado do Venâncio. Mostrei que seus modos de vida podem se tornar inteligíveis quando analisadas sob o prisma das configurações de parentesco. Estas relações são de fundamental importância para o grupo, uma vez que os casamentos entre pares de primos são a base e o meio pelo qual os moradores solidificam sua simbologia com a terra, sua relação com a herança, com o território e com a identidade social.

A categoria analítica *herdeiros e não herdeiros* surgiu como ferramenta na qual pude esboçar dois níveis de identidade social: uma relativa e o outro contrastiva. Tais noções de identidade atuam como elemento simbólico na construção do grupo, permitindo, de alguma forma, a permanência de costumes, hábitos e práticas que vêm sendo desenvolvidas desde a chegada do fundador Vitorino Ferreira da Costa Veras.

Com o avanço das políticas públicas de Turismo, que preveem modificações e adequações infraestruturais nas localidades atravessadas pelo roteiro turístico “Rota das Emoções: Jeri – Delta - Lençóis” as populações locais pouco têm como se pronunciar como contrárias ou adeptas a esse modelo de incremento à economia local. Uma questão que se coloca, então, é sobre os efeitos que essas políticas terão sobre essas populações e, no caso específico do vilarejo do Venâncio, sobre os efeitos que incidirão nos *não herdeiros* já que, como foi ilustrado, eles são a parcela do vilarejo de maior vulnerabilidade no que diz respeito à questão fundiária. Não obstante, essa fragilidade fundiária também se aplica aos *herdeiros*, tendo em vista que somente uma parcela do território habitado possui cadastramento junto aos órgãos de regulamentação fundiária.

Da mesma forma, observo que é necessário desmitificar a ideia de “baixo impacto” causado pelas usinas eólicas. Como bem ressaltou a coordenadora do ICMBio, as usinas eólicas não trazem lucros para população local, as usinas trazem benefícios à população local à curto prazo, no período de construção dos parques eólicos, mas a longo prazo, as eólicas inviabilizam o cenário para o turismo, inviabilizam a praia para o pescador e limitam o acesso à praia de um modo generalizado.

Iniciar uma discussão do porte dessa pesquisa principiada nesse texto monográfico, em que se aborda a intervenção do Estado brasileiro por meio das políticas públicas de turismo e das políticas públicas de geração energética, no cotidiano de uma população tão longínqua como o vilarejo do Venâncio, me fez perceber como as esferas do local, do regional, do nacional e do transnacional se relacionam todas e precisam ser compreendidas em suas interfaces.

TABELAS

Tabela 1: Viagens à campo.

DIA/ MÊS	ANO	Nº DE DIAS
15 a 20 de Julho	2010	5
06 a 10 de Fevereiro	2011	4
28 a 04 de Abril	2011	4
04 a 08 de Março	2013	4
11 a 15 de Abril	2013	4
30 a 1º de Setembro	2014	2
		TOTAL: 23

Tabela 2: Saneamento e destino do lixo de Barroquinha.

Saneamento	%	Destino do Lixo	%
Dejetos lançados em fossas	69,67	Coleta pública	52,87
Dejetos lançados a céu aberto	25,87	Queimada/ enterrado	23,59
Tratamento em sistema de esgoto	4,46	Céu aberto	23,54

Fonte: SIAB (2014)

Tabela 3: Perfil infraestrutural do vilarejo de Venâncio.

	%	Nº de famílias
Tratamento de água por cloração	100	132
Abastecimento de água por poços profundos ou nascentes	99,24	131
Saneamento	22,73	30
Destino do lixo	77,27	102
Abastecimento de energia elétrica	95,45	126

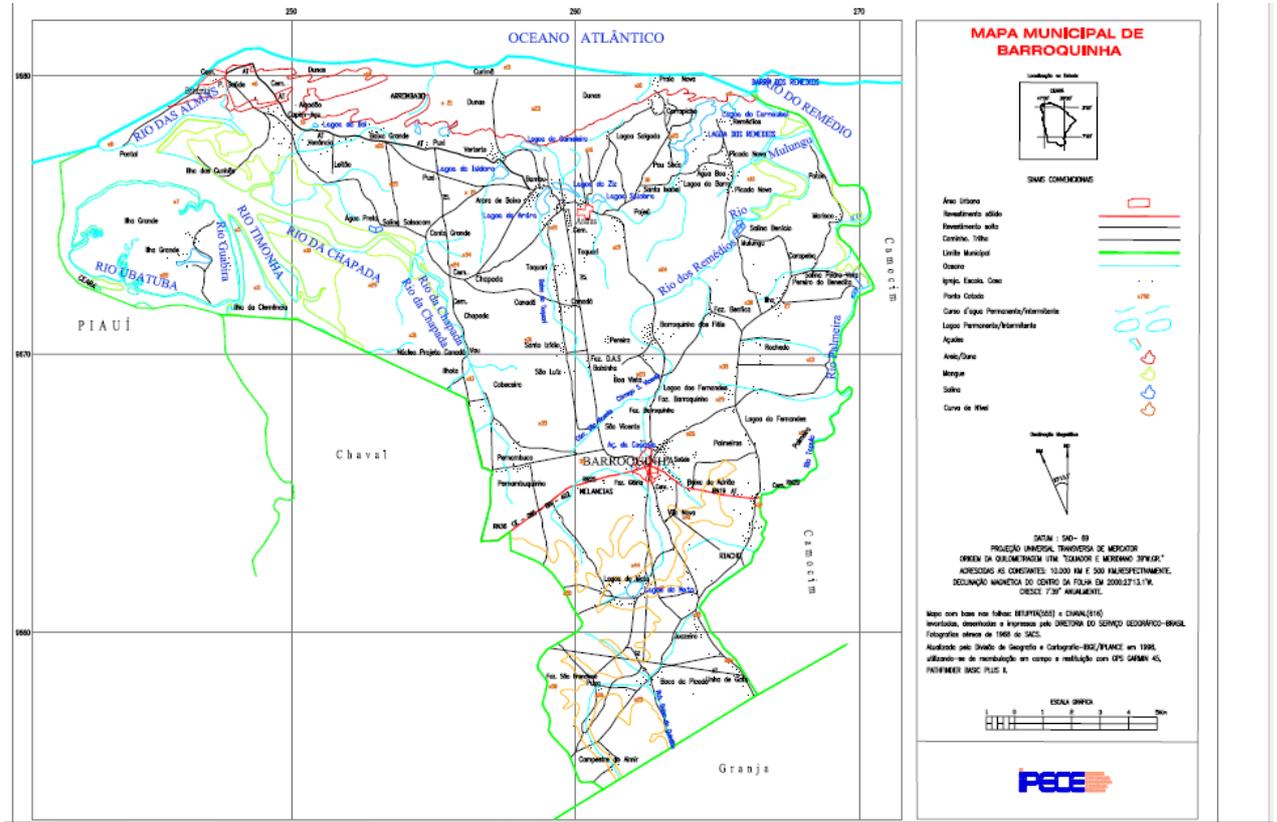
Fonte: SIAB (2014)

APÊNDICE A – RELAÇÃO ENTREVISTADOS

Entrevistado	Sexo/ Idade	Herdeiro(a)?	Atividade	Relação com o Ego	
J	M/	NÃO	AGRICULTOR	NÃO IDENTIFICADO	
O	M	SIM	AGRICULTOR	GENRO	
M	F	SIM	AGRICULTORA	FILHA	
O	F	NÃO	AGRICULTORA	NÃO IDENTIFICADO	

ANEXOS

Anexo 1: Mapa Municipal de Barroquinha



Anexo 3: Certidões de Transcrição da propriedade do Venâncio e do Sítio Capiacú.

LIVRO 3-A FOLHA 42v

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.



CARTÓRIO ANDRÉ
06.580.583-0001-53

2º OFÍCIO Camocim-CE CE

IOLANDA GOMES
CPF 092.773.743-49
Notária

Bela. MARIA IVANIRA GOMES
CPF 484.737.823-72
Substituta

ESCRITURAS. PROCURAÇÕES. AUTENTICAÇÕES. PROTESTOS. REGISTRO DE IMÓVEIS. REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS. REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS. RECONHECIMENTO DE FIRMA. ETC

CERTIDÃO

CERTIFICO, como me faculta a Lei e em virtude de requerimento verbal de para interessada que revendo neste Cartório 2º Ofício a meu cargo o Livro "3-A" de Registro de Imóvel, nele às folhas 42v a 43, ~~constatei a Transcrição nº 160, que me foi requerida de teor seguinte: TRANSCRIÇÕES DAS TRANSMISSÕES. NÚMERO DE ORDEM: 160. DATA: 1940. CIRCUNSCRIÇÃO: Camocim. DENOMINAÇÃO OU RUA E NÚMERO: ~~seitão, no Distrito de Almas, deste Termo. CARACTERÍSTICOS E CONFRONTAÇÕES: Quarenta (40) braças de terras, nas da Data LETTÃO, Distrito de ALMAS, deste Termo, começando do trevessão da parte do Nascente, de Alexandre Ferreira de Vêras, em rumo direito ao Nascente. NOME, DOMICÍLIO E PROFISSÃO DO ADQUIRENTE: ALEXANDRE FERREIRA DA COSTA VÊRAS. NOME, DOMICÍLIO E PROFISSÃO DO TRANSMITENTE: SEVERIANO ALVES PEREIRA, proprietário, residente em Almas, deste Termo. FÓRMA DO TÍTULO: Escritura Particular, em data de 04 de Agosto de 1897. VALOR DO CONTRATO: 45\$000 (Quarenta e Cinco Mil Reis. Está conforme o original do Livro respectivo. Dou fé. Eu, *Maria Ivanira Gomes*, Escrevente Substituta, digitei e assino na ausência da Oficial do Registro. Esta Certidão tem o prazo de validade de 90 (noventa) dias, conforme Art. 1º do Provimento nº 01/2003 do Tribunal de Justiça do Ceará.~~~~

Camocim(Ce), 06 de Maio de 2.009.

Maria Ivanira Gomes
Bela. Maria Ivanira Gomes
Escrevente Substituta



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



CARTÓRIO ANDRÉ

06.500.500001-53

2º OFÍCIO

Camocim - CE

CE

IOLANDA GOMES

CPF 092.773.743-49

Notária

Bela. MARIA IVANIRA GOMES

CPF 484.137.823-72

Substituta

ESCRITURAS - PROCURAÇÕES - AUTENTICAÇÕES - PROTESTOS - REGISTRO DE IMÓVEIS - REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS - REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS - RECONHECIMENTO DE FIRMA - ETC

CERTIDÃO

CERTIFICO, como me faculta a Lei e em virtude de requerimento verbal de para interessada que revendo neste Cartório 2º Ofício a meu cargo o Livro "3-A" de Registro de Imóvel, nele às folhas 42v a 43, constatei a Transcrição nº 158, que me foi requerida de teor seguinte: TRANSCRIÇÕES DAS TRANSMISSÕES. NÚMERO DE ORDEM: 158. DATA: 1.940. CIRCUNSCRIÇÃO: Camocim. DENOMINAÇÃO OU RUA E NÚMERO: Fazenda Almas, deste Termo. CARACTERÍSTICOS E CONFRONTAÇÕES: Uma Sorte de Terra de trezentas (300) braças na Fazenda Almas, Termo da cidade de Granja, no Lugar denominado "ALAGAMA DOS ALGODÕES", pegando o comprimento do meio da Alagama dos Algodões para o Poente, até onde completar as trezentas (300) braças com a largura e fundos de Norte a Sul que se achar, até a margem da Cambôa em Aguapé que vai para a Jasinda Chapada as quais terras houveram por compra ao Sr. Victurino Ferreira de Vêras. NOME, DOMICÍLIO E PROFISSÃO DO ADQUIRENTE: ALEXANDRE FERREIRA DA COSTA VÊRAS. NOME, DOMICÍLIO E PROFISSÃO DO TRANSMITENTE: JOAQUIM CAETANO TELES. FORMA DO TÍTULO, DATA E SERVENTUÁRIO: Escripura Particular, em data de 17 de Agosto de 1979. VALOR DO CONTRATO: 150\$000 (Cento e Cincoenta Mil Reis). Está conforme o original do Livro respectivo. Dou fé. Eu, Iolanda Gomes Escrevente Substituta, digitei e assino na ausência da Oficial de Registro. Esta Certidão tem o prazo de validade de 90 (noventa) dias, conforme Art. 1º do Provimento nº 01/2003 do Tribunal de Justiça do Ceará.

Camocim(Ce), 06 de Maio de 2.009.



CARTÓRIO ANDRÉ
LUIZ ANDRÉ FERREIRA

2º OFÍCIO

Camocim - CE

11

IOLANDA GOMES

CPF 092.773.743-49

Notaria

Bela. MARIA IVANIRA GOMES

CPF 484.737.823-72

Substituto

ESCRITURAS - PROCURAÇÕES - AUTENTICAÇÕES - PROTESTOS - REGISTRO DE IMÓVEIS - REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS - REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS - RECONHECIMENTO DE FIRMA - ETC.

CERTIDÃO

CERTIFICO, como me faculta a Lei e em virtude de requerimento verbal de para interessada que revendo neste Cartório 2º Ofício a meu cargo o Livro "3-A" de Registro de Imóvel, nele às folhas 42v a 43, constatei a Transcrição nº 159, que me foi requerida de teor seguinte: TRANSCRIÇÕES DAS TRANSMISSÕES. NÚMERO DE ORDEM: 159. DATA: 1940. CIRCUNSCRIÇÃO: Camocim. DENOMINAÇÃO OU RUA E NÚMERO: Leitão e Venâncio, deste Termo. CARACTERÍSTICAS E CONFRONTAÇÕES: Sessenta (60) braças de terra entre o "LEITÃO" e "VENÂNCIO", Termo da cidade de Granja, e na Data "REMÉDIO" e "ALMAS", as quais sessenta braças de terra lhe ficarão pertencendo na divisão feita amigável entre os herdeiros do finado Victurino Ferreiras de Veras Filho e José Ferreira de Vêras e tirou a mais que lhe cabia no outro ponto, ficando lhe só entre Venâncio e Leitão ditas sessenta braças de terras. NOME, DOMICÍLIO E PROFISSÃO DO ADQUIRENTE: ALEXANDRE FERREIRA DA COSTA VÉRAS. NOME, DOMICÍLIO E PROFISSÃO DO TRANSMITENTE: Pe. ANTONIO CARNEIRO DA CUNHA ARAÚJO. FORMA DO TÍTULO: Escritura Particular, em permuta em data de Setembro de 1881. VALOR DO CONTRATO: 60\$000 (Sessente Mil Reis). Está conforme o original do Livro respectivo. Dou fé. Eu, *Iolanda Gomes*, Escrevente Substituta, digitei e assino na ausência da Oficial do Registro. Esta Certidão tem o prazo de validade de 90 (noventa) dias, conforme Art. 1º do Provimento nº 01/2003 do Tribunal de Justiça do Ceará.

Camocim(Ce), 06 de Maio de 2.009.

Iolanda Gomes

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner P. de. **Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito**. In: Emilia Pietrafesa de Godoi, Marilda Aparecida de Menezes, Rosa Acevedo Marin (orgs.) –Diversidade do campesinato: Expressões e Categorias. Vol.2. Estratégias de Reprodução Social. São Paulo, Editora UNESP, 2009.

ALMEIDA, G. L. **Das festividades aos festivais: Uma etnografia sobre populações rurais e a inserção do turismo em Guaramiranga**. Monografia – Faculdade de Ciências Sociais UFC, 2014.

ARAÚJO, Antônia Gabriela Pereira de. **Modos de saber, fazer e viver. Uma etnografia dos “guardiões de currais” da praia de Bitupitá (Barroquinha- Ce)**. Monografia – Faculdade de Ciências Sociais UFC, 2013.

AUGÉ, Marc. **Os domínios do parentesco**. Lisboa: Edições Setenta. 1978.

BATALHA, Luís. **Breve análise sobre o parentesco como forma de organização social**. Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1995.

BARDI, Pietro Maria. **História da arte brasileira**. 1975.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa, Difusão Editorial, 1989.

BRASIL, Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui no âmbito federal a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2007.

____LEI Nº 11.771, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, 2008.

____,MANUAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO SOCIOAMBIENTAL, 2008.

____. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2003/2007: Diretrizes, metas e programas**, 2003.

____. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo, 2007/2010: Uma viagem de inclusão**. Ministério do Turismo, 2007.

_____. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2013/ 2016: O Turismo fazendo muito mais pelo Brasil**, 2013.

_____. Conselho Nacional De Turismo. **Turismo No Brasil**, 2011-2014.

CANTON, Guilherme; TAMBELLI, Tiago. **Das almas** [Filme]. Produção de Tiago Tambelli e Guilherme Canton, direção de Tiago Tambelli. Brasil/SP-CE, 2013.

CEARÁ. **Perfil Básico Municipal** - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG) e Governo do Estado do Ceará. Fortaleza-CE, 2010.

_____. **Sistema de Informação de Atenção Básica (SIAB)** – Cadastro da Secretaria de Assistência à Saúde e Secretaria Municipal de Saúde de Barroquinha do Programa de Saúde da Família (PSF). Barroquinha, CE. 2010.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

CARNEIRO, Ana Cerqueira. **O ‘Povo’ Parente dos Buracos: Mexida de Prosa e Cozinha no Cerrado Mineiro**. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, PPGAS/MN/UFRJ, 2010.

COMERFORD, John Cunha. **Fazendo a Luta: Sociabilidade, Falas e Rituais na Construção de Organizações Camponesas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política (Coleção Antropologia da Política, 5). 1999

_____. **Como uma família**. Sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: NuAP/Relume Dumará, 2003.

CRUZ, D. M. **Fortaleza em Tempo de Carnaval: blocos, maracatus e a política de editais**, 2013. Tese (Doutorado em Sociologia), Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFC.

Evans-Pritchard, E. E. **Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota**. Ed. Perspectiva, 1978.

GODOI, Emilia. Pietrafesa. **O Trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí**. Campinas, SP : Editora Unicamp, 1999.

GOLDMAN, Márcio. **Antropologia contemporânea, sociedades complexas e outras questões**. In: Anuário Antropológico/93. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

_____. Márcio. **Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia**. Revista de Antropologia, 46 (2): 445-476. 2003.

GUEDES, André Dumans. **O Trecho, As Mães e Os Papéis. Movimentos e Durações no Norte de Goiás**/– Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, 2011.

_____. **Fevers, Movements, Passions and Dead Cities in Northern Goiás.** Vibrant, Virtual Braz. Anthr. vol.11 no.1 Brasília Jan./June 2014.

HEREDIA, Beatriz. **A morada da vida.** Trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LÉVI-STRAUSS, C. **As Estruturas elementares do parentesco.** Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

LIMA, T. R. **Turismo em Tatajuba: um perfil etnográfico das relações intra-familiares e inter-familiares dos moradores de Tatajuba,** Camocim – CE. Monografia - Faculdade de Ciências Sociais - UFC, 2009.

LITTLE, Paul Elliot. **Ecologia política como etnografia:** Um guia teórico e metodológico Universidade de Brasília. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006.

_____. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade.** Série Antropologia 322 .Brasília 2002

MARQUES, Ana Cláudia. **Intrigas e Questões. Vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco.** Relume-Dumará: Rio de Janeiro, 2002

MARQUES, Ana Cláudia; COMERFORD, John; CHAVES, Christine. Traições, intrigas, fofocas, vinganças: notas para uma abordagem etnográfica do conflito. In: MARQUES, Ana Cláudia (org.). **Conflitos, política e relações pessoais.** Fortaleza: UFC/FUNCAP/CNPQ-Pronex; Campinas: Pontes, 2007. p.27-55.

MAUSS, Marcel. **Ensaio de Sociologia.** São Paulo: Perspectiva, 1995.

MEIRELES, Antônio Jeovah A. Danos socioambientais originados pelas usinas eólicas nos campos de dunas do Nordeste brasileiro e critérios para definição das alternativas locacionais. **Confins Revue franco-brésilienne de géographie / Revista franco-brasileira de geografia** 11 | 2011 :Numero 11

MOURA, M. **Os herdeiros da terra.** Hucitec, São Paulo. 1978.

PALMEIRA, M. G. S. ; HERÉDIA, B. . **Os Comícios e A Política de Facções.** Anuário Antropológico, v. 94, p. 31-94, 1995.

PALMEIRA, M. G. S. . **Política, Facções e Voto.** In: Moacir Palmeira; Marcio Goldman. (Org.). **Antropologia, Voto e Representação Política.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996, p. 41-56.

RODRIGUES, Lea Carvalho. **Antropologia e políticas públicas: incentivo ao turismo no extremo-oeste da costa cearense e impactos sobre populações locais**. Projeto de pesquisa CNPq, 2008a, inédito.

_____. Diretrizes da Política Nacional de Turismo e Subsídios para a sua avaliação. *Revista Gestão Pública: práticas e desafios*, v. 1, p. 62-78, 2011.

_____. **Turismo, empreendimentos imobiliários e populações tradicionais**. Conflitos e interesses em relação à propriedade da terra. *Civitas* Porto Alegre v. 10 n. 3 p. 527-544 set.-dez. 2010.

RODRIGUES, L.C.; SANTOS, P. A. **Populações Tradicionais, Turismo e Conflitos Territoriais. Estudo etnográfico em Tatajuba, Ceará**. Cadernos do LEME, Campina Grande, vol. 4, nº 1, p.67 – 93. Jan./Jun. 2012.

SAMPAIO, J. L. F.; SILVA D. R. F. **Panorama da expansão da energia eólica no ceará**. Encontro de geógrafos de la América Latina, Peru, 2013.

SANTOS, P.A. **Mito-Narrativas sobre paisagens móveis. Tempos e lugares de uma descrição etnográfica da vila de Tatajuba (Camocim – CE)**. Monografia defendida no Departamento de Ciências Sociais da UFC, 2010.

SEBRAE. **Projeto Rota das Emoções e seus novos desafios**. 2012.

TEIXEIRA, Jorge Luan Rodrigues. **Na terra dos outros: mobilidade, trabalho e parentesco entre os moradores do Sertão dos Inhamuns (CE)**. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado defendida no programa da UFRJ/Museu Nacional, 2014.

UFC. **Guia de normalização de trabalhos acadêmicos da universidade federal do ceará**. 2013.

WAGNER, Roy. **A Invenção da Cultura**. São Paulo; Cosac Naify, 2010.

WISERMAN, BOSI. **Lévi-Strauss para principiantes**. Editora: Era Nascente SRL, Buenos Aires, 2002.

WOORTMANN, Klaas. Migração, família e campesinato. In: WELCH, Clifford A. et al (Orgs.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. v.1., 1990.

WOORTMANN, Ellen. **Da complementaridade à dependência: a mulher e o ambiente em comunidades “pesqueiras” do Nordeste**. Brasília: UNB/Série Antropologia, 1991.

WOORTMANN, Ellen. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo, Brasília: HUCITEC, 1995.

_____.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra:** a lógica e a simbólica lavoura camponesa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

ZANINI, Walter; COSTA, Cacilda Teixeira da; ALBUQUERQUE, Marília Saboya de. **História geral da arte no Brasil. Vol. 1.** Instituto Walther Moreira Salles, 1983.